

**ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA**

Aos seis de dezembro de dois mil e dois realizou-se a Vigésima Quarta Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, no auditório do CAFF, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55, nesta Capital, com o início às quatorze horas e trinta minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Silvio Botelho**, Representante do Secretário Estadual do Meio Ambiente. **Sra. Mara Sasso**, Representante da Secretária de Educação; **Sr. Marcos D. S.**, Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Marcos Antonio Einsfeldt**, Representante do Secretário da Coordenação e Planejamento; **Sr. Claudelino Martins Dias Junior**, Representante do Secretário da Saúde; **Sr. Ronaldo Nery**, Representante do Secretário de Obras Públicas e Saneamento; **Sra. Marta Marchiori Dias**, Representante do Secretário de Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais; **Sra. Carla Maria Pires Rangel**, Representante Titular da FIERGS; **Sr. Mauro Kern**, Representante Suplente do Movimento Roessler; **Sr. Geraldo André Susin**, Representante Titular da ALGA; **Sr. Luiz Felipe Kunz Junior**, Representante Titular do DEFAP; **Sr. José Lauro de Quadros**, Representante Titular da FARSUL; **Sra. Maria Odete Rosa Pereira**, Representante Suplente do CEA; **Sra. Elisabete Maria Zanin**, Representante Titular da Instituição Universitária Privada; **Sr. Anselmo Piovesan**, Representante Suplente da FETAG; **Sr. José Luiz Diniz Barradas**, Representante Suplente da Sociedade de Engenharia; **Sr. Flavio Lewgov**, Representante Titular da AGAPAN; **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva**, Representante da FEPAM e Secretário Executivo deste Conselho e Presidente em Exercício. Participaram também, Sr. Gustavo de Moraes Trindade, Assessoria Jurídica da FEPAM, Telmo Künzel, da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul, Marcos Henrique, Monitor do Parque Estadual do Delta do Jacuí, Amilton Antônio da Silva, Monitor de Educação Ambiental – SEMA, Rovena Zanchet, DUC/DEFAP/SEMA, Robinson Padilha, CONCEPA, José Maria Boris Grehlen, Acaiflor – Ilha das Flores, Mauro Panitz, Ilha das Flores – Braço Norte, Odir Paulo Silveira dos Santos, Ilha da Pintada, Sergio Sandler, Ilha das Flores, Ricardo Giuliani Neto, advogado, Enio Marques da Silva, Fernando Afibra – B. Picada, Célia Alcântara de Oliveira, Dione Azevedo da Silva, Conceição Korit, Joana Maria Flores Coelho, Ilha da Pintada, Martin Beer, Amoflores, Rodolfo Sehuf, Amoflores, Teresinha Lieg, AMBA, Marcelo Sgakio, Prefeitura de Nova Santa Rita, Teresinha da Silva, Ilha da Pintada, Alberto Hodara, Júlio Koops Neto, Ilha das Flores, Paulo Tichet, Solon da Silva, Ilha dos Marinheiros, Roque Galuz, ilha dos Marinheiros, Luiz Antônio Grassi, Comitê de Gerenciamento da Bacia do Lago Guaíba, Vilmar Silveira, Grupo Takaoka (SP), Daltro Assis, AMBA, Paulo Leal, morador da Ilha da Pintada, Luiz Antonio Maciel Schimitt, E.E.E Almirante Barroso, Helena Elisa Pretz, GP. Associação Meio Ambiente (PMPA), Inez Pavlick, Secretaria do Planejamento Municipal, Irmão Laurindo Viacelli, motorista Ilha dos Marinheiros, Leandro Bordi, Gabinete da Deputada Maria do Rosário, Rui Guilherme, Martinho Poeta, Eldorado do Sul, Gerson Buss, PEDJ/DUC – DEFAP/SEMA, Marilene Liege Dias, FASC – Módulo Ilhas, Adriana Becker, Amigos da Terra Brasil, Altidor Santos, ACIF, Nazaret Nunes, José Antônio de Souza, Alencar Capute, Ilha das Flores, Alencar Capuci, Ilha das Flores, Volney Júnior, SEMA-DRH, Luciana Dalsasso, SEMA-CRH/RS, Eduardo Zaffari, proprietário, Maria Isabel Chiapetti, CERBMA/FEPAM, Carla Bolzan Carvalho, DEFAP/SEMA, José Felipe Pali, FUC, Iberê Mesquita Orci, FAMURS. Após a assinatura do Livro de Presenças, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos. **Sr. Presidente:** Boa-tarde a todos. Vamos dar início à 24ª Reunião Extraordinária do CONSEMA. Temos “quorum” para iniciar a reunião. A nossa Ordem do Dia: **1 – Apresentação da Proposta para Redefinição dos Limites do Parque Estadual do Delta do Jacuí** (Assunto de grande interesse público, como podemos ver pela presença na reunião); **2 – Assuntos Gerais.** Importante destacar aos presentes que apenas os Conselheiros têm prioridade de direito a voz, e apenas o direito exclusivo ao voto, e a Mesa pede a colaboração de todos os presentes para que possamos ter uma reunião com bastante qualidade, que consiga debater, em profundidade, um tema complexo, que é esse, da **“Redefinição dos Limites do Parque Estadual do Delta do Jacuí”**, questão pendente há tanto tempo, que precisa de uma solução. Temos aqui na Mesa o Dr. Silvio Botelho, que é Diretor-Geral da Secretaria Estadual de Meio

53 Ambiente e o Dr. Gustavo Trindade, Assessor Jurídico da SEMA. Vamos as **Comunicações: 1** – A
54 AGAPAM informa que o Sr. Luis Rios de Moura Batista, representante desta Entidade junto à
55 Câmara de Biodiversidade e Política Florestal, participará como convidado na reunião do
56 CONSEMA. A Entidade manifesta insatisfação sobre o dia da reunião (sexta-feira), pois havia sido
57 combinado, na última reunião, que o melhor dia para o grupo seria uma quinta-feira. Assina o ofício:
58 Edi Xavier Fonseca, Presidente da AGAPAN; **2** - O Núcleo Amigos da Terra informa que suas
59 representantes, Titular e Suplente, estão impossibilitadas de comparecerem a esta reunião em razão da
60 participação no Congresso da Coalizão Rios Vivos, que se realiza em Goiânia até o dia 06 de
61 dezembro (dia de hoje). Assinam o Ofício a Kathia Vasconcellos Monteiro, Coordenadora Executiva
62 do Núcleo Amigos da Terra/Brasil; **3** – Ofício da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, por meio da
63 sua Secretária Municipal de Meio Ambiente: convida os Srs. Conselheiros para participar de
64 audiência pública sobre o Plano Ambiental do Município de São Leopoldo a ser realizado no dia 11
65 de dezembro, agora na próxima semana, às 19h30min, no Auditório da Câmara Municipal de
66 Vereadores de São Leopoldo, situada na Rua Independência, nº 66; **4** – Ofício da Secretaria da Saúde
67 que indica o Sr. Claudelino Martins Dias Júnior para representar a Secretária nesta reunião; **5** - Ofício
68 da Instituição Universitária Pública – UFRGS, que informa a impossibilidade de seus representantes:
69 Sr. Sergio Luiz de Carvalho Leite e Sra. Teresinha Guerra, titular e suplente, de participar nesta
70 reunião devido a compromissos didáticos e de pesquisa assumidos anteriormente; **6** – A Secretária das
71 Obras Públicas indica o Sr. Ronaldo Néri para representar esta Pasta nesta reunião do Conselho; **7** –
72 Ofício FAMURS que, na impossibilidade do titular e suplente de participar desta reunião, esta
73 Entidade estará representada pelo Sr. Iberê Mesquita Orci; **8** – Ofício da Secretaria da Agricultura e
74 Abastecimento designando o geógrafo Marcos Daniel Schimidt de Aguiar para representar a
75 Secretária nesta reunião; 9 – Comunicação da FEPAM: como determina o Código Estadual de Meio
76 Ambiente, a Fundação deve propor a este Conselho a ampliação dos prazos para licenças ambientais
77 de acordo com o porte e potencial a poluidores dos empreendimentos no Estado. Como os senhores
78 sabem, até o Código Estadual de Meio Ambiente, os prazos eram fixados, todos eles, independente do
79 porte, do risco da atividade, em um ano. O Código abriu a possibilidade de prazos até 05 anos. A
80 FEPAM, ao longo deste ano, fez vários estudos técnicos. Então, está encaminhando ao Conselho, a
81 Presidência encaminhará à Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental a proposta de
82 mudança dos prazos das licenças ambientais no Estado do Rio Grande do Sul que vão variar de um a
83 cinco anos, como determina o Código Estadual. A proposta prevê um escalonamento de prazos,
84 portanto, de acordo com o porte e potencial. Portanto, a partir de agora, este Conselho vai apreciar a
85 proposta, e a proposta evidentemente trata, como sempre deveria ter feito, diferentes como diferentes.
86 Portanto, as atividades de pequeno porte e com baixo risco ambiental terão prazos de 05 anos e
87 aquelas de alta complexidade, risco e grande porte, terão prazos ou de um ano ou de dois anos, como
88 nós temos hoje aqui no Rio Grande do Sul. Então, esta proposta vai ser encaminhada à Câmara
89 Técnica, é uma proposta que traz mudanças estruturais, portanto, no licenciamento ambiental no
90 Estado do Rio Grande do Sul; 10 – Convite da Secretaria de Meio Ambiente para na próxima quinta-
91 feira, dia 12 de dezembro, às 14h, no Palácio Piratini, vai ocorrer o lançamento das resoluções da
92 Conferência Estadual de Meio Ambiente, realizada este ano, dentro do prazo estabelecido pela própria
93 Conferência. Então, lançaremos um caderno com todas as resoluções da CONFEMA/2002. O
94 Governador Olívio Dutra assinará o decreto que cria o Parque Estadual de Itapeva. Teremos também a
95 assinatura do termo de doação do acervo do ambientalista Henrique Roessler, que dá o nome à
96 FEPAM, para o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. A FEPAM possui uma quantidade
97 importante de material, de documentação e material original do Henrique Roessler, e esse material
98 vinha sendo guardado aqui na Comunicação da FEPAM, sem acesso público, e com poucas condições
99 de manutenção. Então, realizamos um acordo com o Arquivo Histórico do Estado para a manutenção
100 adequada deste material e para disponibilização ao público, que é uma questão importante. Esse
101 material vinha sendo guardado e vai ser melhor conservado e de disposição pública. Vamos a nossa
102 Ordem do Dia: **1 – Apresentação da Proposta para Redefinição dos Limites do Parque Estadual**
103 **Delta do Jacuí.** Mais uma vez solicitando a colaboração de todos e destacando que somente os
104 Conselheiros têm direito a voto e o uso da palavra é prioritário para os Conselheiros. A Mesa pode

105 abrir algumas falas de participantes que não sejam Conselheiros, mas a prioridade, no uso da palavra,
106 é dos Conselheiros deste Conselho. Convido o Luiz Felipe Kunz Júnior, que é o Diretor do
107 Departamento de Florestas e Áreas Protegidas e também o Presidente da Câmara Técnica de
108 Biodiversidade e Política Florestal para fazer a apresentação da Proposta de Redefinição dos Limites
109 do Parque Estadual Delta do Jacuí. **Sr. Luiz Felipe Kunz Júnior:** Boa-tarde a todos. Primeiro,
110 gostaria de citar, como Presidente da Câmara, que esse assunto foi debatido já na Câmara Técnica de
111 Biodiversidade, pelo menos a proposta básica que está aqui encaminhada, que foi aprovado na
112 Câmara e agora remetido à Plenária do Conselho. Tivemos uma emenda ao texto original, que foi
113 aprovado na Câmara Técnica, que já está incorporado ao texto que foi distribuído aos Conselheiros, e
114 que está *ad referendum* da posição que a Câmara adotou. Dado o relato da Câmara Técnica, que este
115 assunto já está aprovado, como Diretor do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas, que tem,
116 por objetivo, encaminhar esta proposta ao CONSEMA, queríamos relatar o grande desafio que foi
117 trabalhar a questão dos novos limites para esta área. De fato, talvez, seja um dos parques estaduais,
118 criados na década de 70, de mais difícil implantação, porque foi um parque que foi criado sobre uma
119 área já habitada, que estabeleceu, à época, condicionantes como se fossem de uma área de proteção
120 ambiental, e não da categoria “parque”, que é uma categoria mais restritiva, e permitiu inclusive
121 ocupações no parque que ocorreram em áreas de preservação permanente, contrariando a legislação
122 federal em vigor, e estas pessoas estão lá hoje vivendo, temos 15 mil pessoas dentro do parque, e nós
123 temos esse grande desafio que é tirar o Parque Delta do Jacuí do papel, ou seja, fazer com que ele
124 possa, de fato, ser uma unidade de conservação da categoria parque. E esse é o objetivo da equipe da
125 Secretaria do Meio Ambiente que tem trabalhado na sua implantação. E para que possamos implantar
126 esta unidade de conservação com um parque, nós temos que resolver o grande conflito social que há
127 com a sua implementação, ou seja, essas pessoas, essas várias comunidades, de vários Municípios que
128 moram hoje dentro do parque, que tem que ter minimamente uma possibilidade de discutir o seu
129 futuro. Se ficarem dentro de parque, ou se o futuro é apenas sair da área. Se elas puderem discutir a
130 regularização, caso a caso, poderão discutir se devem ficar ou devem sair da área em função das
131 condições e das peculiaridades de cada região. Então, fizemos um estudo, que depois da Câmara
132 Técnica, na apresentação o Gerente de Implantação do Parque, o Gerson Buss, vai fazer toda a
133 explanação para os senhores, essa discussão passou pelas comunidades e depois dessa discussão com
134 as comunidades nós verificamos que junto com as diretrizes aprovadas na Câmara Técnica teríamos
135 ainda a necessidade de fazer um detalhamento maior das proposições e por isso temos algumas
136 proposições que o Departamento está encaminhando ao Conselho para análise. Mas, deixar claro que
137 nós queremos ter, na implantação do Parque, a população vizinha como parceira, e para isso temos
138 que trabalhar, e esse é um dos objetivos da Secretaria do Meio Ambiente, tentar resolver estes
139 conflitos socioambientais fazendo com que nós possamos ter uma área preservada, dentro da região
140 metropolitana, sendo apoiada pela população vizinha na sua implantação. O Gerson vai fazer a
141 apresentação da proposta e depois a Mesa abrirá um tempo para discussão. A idéia é que tivéssemos
142 em torno de 45 minutos para a apresentação da proposta, que, de fato, é complexa, e os Conselheiros
143 receberam, e há muitas questões a serem apresentadas e discutidas pelos Conselheiros. Os que já
144 participaram da discussão na Câmara já têm um pouco mais de acúmulo, mas é importante que os
145 demais Conselheiros possam também ter acesso à proposta como um todo. **Sr. Presidente:** Pediria
146 que a Mesa fosse informada sobre quem está filmando a reunião pois temos um mistério, uma
147 filmagem independente. E seria interessante se ter uma cópia desta filmagem depois. A Mesa faz o
148 pedido de quem esteja filmando identifique-se na Mesa. **Sr. Gerson Buss:** Boa-tarde a todos. A
149 proposta que vou inicialmente apresentar, os Conselheiros receberam já com a alteração da Câmara
150 Técnica, e logo após, há as sugestões que nos foram encaminhadas para a SEMA, que apresentamos
151 na seqüência. A gente começa mostrando a imagem da Ilha Grande dos Marinheiros. O Parque Delta
152 do Jacuí é uma área muito especial para o Rio Grande do Sul. Ele foi criado em 1976, inicialmente as
153 ilhas juntos a Porto Alegre, e ampliado em 1979, totalizando, então, 17.245 hectares. Ele é formado
154 por 30 ilhas e mais a área continental do Baixo Jacuí, área que é normalmente alagada quando sobem
155 as águas do Rio Jacuí. E os ambientes típicos que a gente tem são banhados, campos inundáveis e
156 florestas. O Parque está abrangendo a área de seis Municípios da região metropolitana (Canoas,

157 Charqueadas, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Porto Alegre e Triunfo. Aqui a gente tem o mapa da
158 área do Parque, em que se pode ver toda a abrangência da área, e justamente a área de inundação do
159 Jacuí e dos rios formadores do Delta. Por que o Parque é importante? O Parque é importante porque
160 ele protege um número muito grande de espécies, são mais de 1.600: de plantas: 320; aves: mais de
161 200 espécies; peixes: 78; anfíbios: 24; répteis e mamíferos. E, além disso, o Parque é uma área muito
162 relevante para a proteção contra as cheias, pois é uma área de expansão de água, quando os rios
163 aumentam de volume. No momento que a gente aterrar as ilhas do Delta do Jacuí, certamente o
164 impacto das cheias tende a ser maior. Também o Delta serve em virtude de seus banhados, e tem uma
165 capacidade de melhorar a qualidade de água servindo como filtro natural. A água que passa aqui no
166 Delta é uma água originária de nove bacias hidrográficas, quase 45% da área do Estado e que o Delta
167 ajuda na depuração. Também o Delta serve para a estabilidade climática da região metropolitana da
168 área urbanizada aqui de Porto Alegre e é um excelente local para lazer. Depois que o Parque foi
169 criado em 76, em 79 é muito importante o surgimento do Plano Básico do Parque Estadual Delta do
170 Jacuí, o famoso “Plandel”, que foi elaborado pela SPM de Porto Alegre e que tinha o objetivo de
171 disciplinar a ocupação, usos, serviços e atividades que eram desenvolvidas na área. Só que este plano
172 não previa a posse do domínio público da área. Então, ele zoneou respeitando a forma de ocupação
173 que já existia, na época. Em duas zonas a gente tem ocupações privadas. Na zona de ocupação do
174 plano de zona é de uso restrito. E ele vai de uma graduação de zoneamento desde a zona mais
175 restritiva, onde não pode ter nenhuma construção, zona de reserva biológica, até a uma área onde pode
176 ter o atendimento pelos serviços públicos básicos, como Ilha da Pintada, que é zona de ocupação
177 urbana. Na implantação do Parque, muito importante o Pró-Guaíba, pois com o projeto conduzido
178 pela Fundação Zoobotânica foi realizada a construção da sede administrativa, implantação do Museu
179 da Casa do Pólvora e do Centro de Interpretação Ambiental. Também os estudos que estão
180 subsidiando esse trabalho que está sendo apresentado para vocês, que é o levantamento de flora e
181 fauna do Parque do Delta e a reavaliação das condições socioeconômicas da população e a ocupação e
182 uso do solo e as percepções e expectativas socioambientais das pessoas que moram na área. O Delta,
183 há longo tempo, já tem sido ocupado. O que mudou foi a forma e o padrão desta ocupação.
184 Inicialmente, ela é dispersa, é uma população mais tradicional de pescadores, e este padrão só
185 modificou com a construção da estrada, na década de 50, que daí mudou a característica dessa
186 população, quando houve a ocupação por subabitações junto à estrada. No final da década de 60 o
187 Delta passou também a ser uma região de casas de veraneio, casas de luxo. Nós temos um problema
188 sério, porque a Ilha do Pavão serviu como depósito de lixo de parte da Prefeitura de Porto Alegre no
189 início dos anos 70. Então, basicamente, esse acesso rodoviário mudou o padrão de ocupação nas ilhas.
190 Uma coisa muito interessante e é importante, que acontece, é que também está havendo um processo
191 de concentração nas ilhas que têm acesso rodoviário pela ponte. Então, a população do Delta está
192 crescendo, mas as ilhas que estão isoladas, ela está diminuindo e está-se concentrando nas áreas que
193 têm acesso rodoviário. Problemas do Parque: o Delta tem uma série de problemas, e talvez seja a área
194 onde a gente tenha os maiores conflitos ambientais aqui do Estado, mas a melhor forma de fazer é
195 enfrentar estes conflitos, sendo que o aterro se identifica como um dos mais sérios, que é o que
196 destrói, muda totalmente o habitat. A administração do Parque e ações que se têm tomado: em 2001 se
197 realizou a transferência da Administração do Parque, que passou da FZB para o DEFAP, para a
198 Divisão de Unidades de Conservação, que é o órgão que já administra os parques do Estado, que já
199 tem experiência administrativa nesse sentido. Esse decreto de julho de 2001 congelou novas
200 construções e se possibilitaram reformas nas áreas que já estavam ocupadas em zonas de ocupação
201 urbana e uso restrito, que foi no sentido de estabilizar a situação como está lá na área do Parque até
202 que se tenha definido a proposta de redefinição de limites. Também muito importante a medida de
203 implementação às unidades de conservação, que estão prevendo recursos para o funcionamento da
204 área, e a prioridade tem sido a regularização fundiária. O que é um parque? O pessoal que mora na
205 área é bom ter bem clara que as áreas definidas hoje como parque estão regulamentadas por uma
206 legislação federal, que é a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Então, um parque,
207 além de seu objetivo básico, ele tem que ser de posse e domínio público e as áreas particulares devem
208 ser desapropriadas. E também há uma série de normas. Então, com relação a esta proposta, vai

209 justamente no sentido de adequar o Parque Estadual Delta do Jacuí à legislação pertinente. Para
210 proposta, ela é resultante de um longo tempo de trabalho e baseado nesses documentos que foram
211 utilizados. As imagens, fotos aéreas de 1990, levantamentos dos ocupantes de 99 e mais todos os
212 subsídios da proposta que há da Fundação Zoobotânica. E quais os princípios que se assumiu para a
213 elaboração desta proposta? A manutenção e aumento da área total do Parque no sentido de não
214 diminuir a área protegida. Na situação que a gente vive hoje no planeta é essencial que se tenha mais
215 áreas conservadas possíveis para frear os processos de extinção. Regularização dos Núcleos Urbanos
216 Já Consolidados: o que existe, em nível das pessoas que estão vivendo lá em algumas áreas que já
217 existiam antes da criação do Parque, no sentido de regularização destas áreas. Conservação dos
218 Ecossistemas Naturais e a viabilidade administrativo-financeira para implantação do Parque. Quer
219 dizer, a gente tem que fazer uma proposta viável antes de ser executada. O objetivo da proposta:
220 viabilizar o Parque Delta do Jacuí nos aspectos legais, fundiários, administrativos e possibilitar a
221 resolução dos problemas sociais existentes na área por meio duma atuação conjunta do Governo do
222 Estado, dos governos municipais e da comunidade. E os critérios que a gente utilizou para esta
223 proposição: os levantamentos de fauna e flora efetuados pela Fundação Zoobotânica, o nível de
224 ocupação das áreas, o impacto dessas ocupações sobre a área, a viabilidade administrativo-financeira
225 e também uma possibilidade de resolução a curto e médio prazo. Agora, vamos entrar na proposta,
226 propriamente dita, e inicialmente relembrar a questão da área do Parque. A síntese de todas as
227 alterações que se pretende ver e a complexidade da situação: começando pela Ilha do Pavão. Na Ilha
228 do Pavão se pretende desafetar, quer dizer, tirar do Parque do Delta , três áreas: uma área ocupada
229 pelo Grêmio Náutico União, atualmente; a área ocupada pelo Posto de ICM, que parte dela está na
230 faixa de domínio e parte está na área do Parque; e a área da Sociedade Navegantes São João. No caso,
231 a população que a gente tem, em torno de 200 moradores, deverão ser relocados para outra área,
232 sendo que boa parte deles estão dentro da área de faixa de domínio da estrada. A Ilha Grande dos
233 Marinheiros, duas áreas hoje bastante ocupadas: a parte sul e um trecho da parte norte até próximo do
234 Centro Marista, que conhece ali a região. Então, pretende-se desafetar estas áreas, tirar estas áreas do
235 limite do Parque. Há moradores também na parte norte aqui, mas que deverão ser reassentados, de
236 preferência nesta área que está sendo excluída. Aqui é uma visão geral da Ilha Grande, a parte norte,
237 próximo da faixa, na parte norte, e a parte sul também, para se ter uma idéia da situação como está
238 hoje. A Ilha das Flores. Primeiramente, há três áreas originalmente propostas, mais uma aprovada na
239 reunião da Câmara Técnica. Então, a primeira delas, a zona de uso restrito, que se encontra na Rua
240 dos Pescadores, esse trecho que se encontra bastante ocupado, isso deve ser desafetado. Na parte
241 norte da Ilha das Flores, o trecho até onde existia a estrada, em 1990, que depois de 90 foi construída
242 uma estrada no Braço Norte, que avançou, e então, até o trecho onde existia a estrada, e também a
243 zona de uso restrito que tu tens junto à área de faixa de domínio, que há em torno de 245 casas, em
244 disposição linear, junto à área da faixa, que é uma zona de uso restrito. Então, esses trechos deverão
245 ser desafetados, quer dizer, vão deixar de fazer parte do Parque, e se pretende se passar para a gestão
246 do Governo Municipal. Em Eldorado do Sul o trecho da Martinho Poeta, a área da margem do rio,
247 esse trecho já é zona de ocupação urbana, e a área ocupada junto à estrada, entre a estrada e o
248 banhado aqui, do lado oeste. Esta área da Ilha das Flores é de uso restrito, que é a área que se propõe
249 desafetar. Pela discussão da reunião técnica, incluiu-se entre as áreas a serem desafetadas, na parte
250 sul, a seqüência da Rua dos Pescadores, até o número 3000, até o final da rua neste trecho. Então, aqui
251 é zona de uso restrito e a seqüência pega esta área de margem até a última propriedade. Na Ilha da
252 Pintada se pretende tirar da área do Parque, o trecho da Ilha Mauá, das casas da Ilha Mauá, e mais
253 parte da zona de parque natural e zona de ocupação urbana da Ilha da Pintada, excluída a área. E aqui
254 a área da Martinho Poeta, que segue nesse trecho. Uma vista aérea para se ter idéia da situação de
255 como está hoje aquele local, só que ele está dentro do Parque Estadual Delta do Jacuí, e daí vocês
256 têm uma idéia dos conflitos que atualmente existem para se poder administrar esta área. O Município
257 de Eldorado do Sul, assim como Porto Alegre tem em torno de 7000 mil moradores dentro da área, e
258 Eldorado do Sul também, e Eldorado tem a situação mais crítica, que metade da cidade atualmente
259 está dentro do Parque do Delta do Jacuí. E a gente pode ver por esta foto, e pretende-se excluir a área
260 do loteamento Cidade Verde, isso não faz sentido permanecer dentro da área do Parque. A área do

261 Bairro Itaí, e atualmente há um pequeno trecho, que varia numa largura de 100 a 150 metros da
262 margem do rio, que segue até Sans Souci. Então, pretende-se desafetar também, tirar esta área, mas
263 aqui a explicação é mais em função da forma da unidade de conservação, que ela tem um grande
264 perímetro para uma área pequena. Então, na conservação sempre o ideal é a gente ajustar a ter áreas
265 maiores com menor perímetros, e também fica uma zona difícil de fiscalizar. E havia duas opções: ou
266 avançar esta área até a Estrada do Conde ou abrir mão, numa estratégia, pois o Município de Eldorado
267 tem um acesso ao Guaíba e diminuo a pressão por ocupação também nas demais áreas. Em junho,
268 época de enchente, a Cidade de Eldorado, o loteamento Cidade Verde, que está dentro da área do
269 Parque, a Ponta da Figueira, que aparece lá no mapa. Então, o limite do Parque começa lá, vem por
270 aqui, pega um pedaço da Vila da Paz e dá volta nesta área do Dique de Canoas. Então, o que se fez
271 aqui foi uma adequação no sentido de deixar o limite sobre a área do dique, porque aqui é área de
272 banhado, aqui tem uma pequena área de plantações, então, o limite aqui a gente está trazendo para
273 cima da área do dique e para a área da Praia de Paquetá, que também está desafetando, ela vai sair do
274 Parque, aqui é Foz do Rio dos Sinos, mantendo, pela nova proposta, o limite do Parque, mantendo
275 esta área de banhado. E aqui temos a Vila Dique, a Praia de Paquetá, Canoas, na Foz do Rio dos Sinos,
276 que atualmente está dentro da área do Parque, e a Vila Dique. No caso da Vila Dique, que é uma
277 população que está em condições piores, por exemplo, é o que estava a população da Ilha Grande dos
278 Marinheiros, a gente tem uma série de problemas nesta área, então, pretende-se reassentar esta
279 população em outro local. Nova Santa Rita: a gente tem o Porto da Cimbagé, que está dentro do
280 Parque, e uma parte do Bairro de Morretes também. Então, aqui se definiu tirar esta área do Parque
281 deixando o limite no Arroio das Traíras e até a área da Cimbagé. Para se ter uma idéia, essa estrutura
282 está dentro do Parque Estadual Delta do Jacuí atualmente. E áreas a serem anexadas, que ao mesmo
283 tempo que se tem essas áreas que devem ser desafetadas, há outras áreas ainda em boas condições de
284 preservação que têm que ser anexadas. No caso, em Eldorado vai fazer uma adequação do limite do
285 Parque, e o limite atual passa aqui, passa algumas dezenas de metros do local onde tem a estrada, e a
286 gente vai trazer o limite para a área da estrada, e daí fica inclusive bem mais fácil de fiscalizar. A área
287 da Fazenda São José, que se pretende anexar à área do Parque, e houve agora uma alteração na área
288 do Município de Eldorado, uma alteração recente, e esse local passou a fazer parte de Charqueadas, e
289 também aqui vai-se ajustar o limite do Parque à estrada também em Triunfo, visando facilitar o
290 trabalho de fiscalização e também proteger mais efetivamente esta área. Águas: o Parque tem
291 atualmente em torno de 1.472 hectares, que são de ambiente aquático protegido, que fica essa área
292 entre Ilha das Graças-Humaitá-Oliveira, área entre Ilha do Pavão, Marinheiros, Lajes, Flores, e essa
293 parte que fica entre a Pintada e a Balseras, Pombas e da Figueira. Pretende-se ampliar essa área de
294 ambiente aquático protegida, estão sendo incluídas mais áreas dentro do Parque. Aqui há mais ainda a
295 Ilha Cabeçuda e mais este sistema da Ilha Grande Domingo José Lopes. Então, alterações de área,
296 como vão ficar: antes da proposta, 17.245 hectares, sendo em torno de 15.000 hectares de ambiente
297 terrestre, apesar dessas áreas que são ser desafetadas, vão ter um ganho de 474 hectares, também uma
298 maior área de ambiente aquático protegido, totalizando o Parque 18.180 hectares. Então, a área
299 referente aos Municípios, como vai ficar a situação de cada Município: Porto Alegre, a área que deve
300 ser desafetada e a área resultante, e, no caso, Triunfo, vai ter uma área maior a ser incorporada, e
301 Eldorado, também, que aqui estão incluídos os dados de Charqueadas, como foi informado aos
302 Conselheiros. Com relação à população que está envolvida nesta situação, atualmente, dentro da área
303 do Parque, considerando, no caso, as que estão na área de faixa de domínio, em torno de 4.267
304 domicílios, 15.516 moradores. Na área de faixa de domínio em torno de 560 famílias, então, a
305 população efetivamente residente dentro do Parque de 13 mil moradores. Com essas alterações haverá
306 um envolvimento de aproximadamente 12 mil moradores e a população a ser relocada é de 1.354 de
307 405 famílias. Aqui temos a população na faixa de domínio por ilha, segundo os dados fornecidos pela
308 CONSEPA, e considerações importantes. Apesar de todas essas alterações retirando a área de Parque,
309 essa área que vai deixar de fazer parte do Parque Estadual Delta do Jacuí representa apenas 2,93% da
310 área total do Parque, quer dizer, a gente tem muita área relevante ainda no Parque Estadual do Delta.
311 E nessa pequena área se concentra a maior parte da população. E essas famílias que permanecerem
312 deverão ser desapropriadas ou reassentadas. Importante: as áreas que vão deixar de fazer parte do

313 Parque do Delta passarão a ser zonas de amortecimento e elas deverão ser regulamentadas em
314 conjunto com as Prefeituras Municipais, inclusive se iniciou este processo com a Prefeitura de Porto
315 Alegre e deve-se fazer com as demais. Saindo dos novos limites, a criação de um Conselho Gestor da
316 área. Logo em seguida promover a demarcação dos novos limites e a sinalização desta área. Também
317 o decreto de desapropriação das áreas que permanecem no interior do Parque, isso é bem importante
318 que tenhamos os novos limites definidos, já em seguida sai o decreto de desapropriação. A
319 regularização das áreas públicas existentes. O processo, que já foi iniciado, de elaboração do Plano de
320 Manejo do Parque, de ser finalizado tendo os limites definidos, e a relocação dos moradores daquelas
321 áreas prioritárias, áreas que têm maior conflito. Essa é a proposta que foi enviado para os
322 Conselheiros, que foi a proposta que passou pela Câmara Técnica. Durante as audiências públicas
323 tivemos mais uma série de sugestões, que foram avaliadas pela SEMA. Essas sugestões que vieram
324 das audiências públicas, dos contatos com as Prefeituras, foram avaliadas pela Secretaria e as
325 consideradas relevantes pela equipe, que devem ser incorporadas, também vão ser apresentadas aqui.
326 Primeiro sobre o processo de discussão; foram realizadas 13 reuniões com as Prefeituras envolvidas,
327 três audiências públicas, que foram na Ilha da Pintada, na Ilha Grande dos Marinheiros, na Câmara de
328 Vereadores de Eldorado do Sul, passou pelo Comitê da Mata Atlântica, Comitê do Lago Guariba e
329 também foi avaliado pela Câmara Técnica do CONSEMA. Neste processo, foram realizadas 23
330 sugestões de alteração na proposta apresentada, e, por parte do DEFAP, foram feitas duas reuniões
331 técnicas de avaliação. Dentro de todas aquelas sugestões nós avaliamos, e na nossa avaliação, há estas
332 alterações a serem feitas na proposta de limites, e que às vezes não corresponde ao que foi solicitado,
333 mas é o que foi avaliado pela equipe, é o que foi possível de ser realizado. Então, aumento de 30 para
334 50 metros a largura da área a ser desafetada nas ruas Martim Poeta, que é em Eldorado do Sul, Nossa
335 Senhora Aparecida, na Ilha Grande dos Marinheiros, e Presidente Vargas, nos respectivos banhados
336 sudoeste. Isso vai envolver a desafetação de mais 31 hectares do Parque. Então, começando pela
337 Presidente Vargas, que está essa rua, a distância que se tinha trabalhado, em torno de 30 metros, o
338 tamanho do lote, foram solicitados 150 metros pela comunidade. E daí nós reavaliamos e achamos
339 que 50 metros vai abranger todas as casas que estão naquela área, pelo menos a grande maioria. Na
340 Ilha Grande dos Marinheiros, a Nossa Senhora Aparecida, que segue por aqui e vai até o final. Mas,
341 na área a ser desafetada foi solicitado, em audiência pública, simplesmente como a maior área, sem
342 dar uma sugestão de medida. Então, nós avaliamos seguindo o mesmo critério que foi seguido pela
343 Presidente Vargas, de 30 para 50 metros. E no Bairro Picada, em Eldorado do Sul, também, teve a
344 proposta de 150 metros, por parte da Prefeitura, e uma proposta em torno de 300 metros por parte dos
345 moradores da área, que daí a gente seguiu o mesmo critério e aumentou de 30 para 50 metros o trecho
346 entre a Martim Poeta e a área de banhado, pelo tamanho dos lotes. Também foi sugerida a ampliação à
347 área do Parque incorporando a área junto à Foz do Arroio do Conde, porque isso envolve uma área de
348 87 hectares. Como a gente já vai ter, pela nova proposta, a Ponta da Figueira, a Ilha da Figueira, a
349 Ilha das Pombas, avaliou-se também incorporar essa área da Foz do Arroio do Conde, que é uma área
350 importante, em nível histórico, de se incorporar esta área no Parque. E nas reuniões com a Prefeitura
351 de Nova Santa Rita, foi-nos sugerido desafetar uma área junto ao Porto da Cimbagé, que há prédios
352 históricos que a Prefeitura teria interesse, que envolvem em torno de 6 hectares, que seria só um
353 ajuste desta linha, desceria mais, então, é um pequeno ajuste neste limite. Considerações finais: com
354 essas três sugestões e mais com aquela área aprovada na reunião da Câmara Técnica de
355 Biodiversidade, a estimativa é que a área do Parque fique em torno de 18.336 hectares, quer dizer,
356 vamos desafetar, com essas sugestões, abrindo mão de pequenas áreas com a inclusão da Foz do
357 Arroio do Conde, e a área do Parque aumentaria de 18.180 para 18.336 hectares. **Sr. Presidente:**
358 Obrigado, Gerson, Felipe. Vamos abrir um período de esclarecimentos aos senhores Conselheiros
359 antes de passarmos para a discussão do mérito da proposta. **Sr. Flávio Lewgoy:** Com a curiosidade
360 que tenho, há desapropriações e populações a serem realocadas. Isso é um eufemismo que quer dizer
361 gente pobre e possivelmente gente abastada. Quantas mansões ou casas mais aparatosas vão ser
362 efetivamente reavidas pelo Parque? Estou-me referindo a essas mansões de veraneio que vocês
363 mencionaram. Há uma, há duas, quantas existem? **Sr. Luiz Felipe Kunz Júnior:** Prof. Lewgoy,
364 respondendo a sua pergunta, dentro da proposta que nós apresentamos, que veio da Câmara Técnica, e

365 com as sugestões incorporadas, são várias casas de população de maior poder aquisitivo que ficam
366 dentro do Parque, na face norte da Ilha das Flores, na Ilha do Pavão, na face leste, e também na Ilha da
367 Conga. Então, são várias casas que teriam que ser desapropriadas pelo Estado para implantação do
368 Parque, e esse foi o critério que mantivemos pois há uma grande área natural até se chegar a essas
369 áreas. Então, são áreas que ainda estão bem conservadas e que fazem com que seja importante a
370 manutenção destas áreas para o Parque no entendimento da equipe técnica. **Sr. Flávio Lewgoy:**
371 Complementando a pergunta: não tenho certeza do regime jurídico, quer dizer, evidentemente, não era
372 possível a compra, estavam dentro da área do Parque. Com os meus poucos conhecimentos jurídicos, e
373 aí peço socorro do Gustavo, eu acharia que as chamadas benfeitorias, a própria despesa, enfim, o que
374 vale a casa no mercado imobiliário, não deveriam ser levados em conta. Quer dizer, as pessoas, para
375 todos os efeitos, são invasoras. Elas não têm direito a um tijolo de indenização. Pode ser o que for,
376 estava dentro da área do Parque, fizeram alguma coisa dentro de uma área que era de preservação.
377 Então, a pergunta é a seguinte: vão ter direito ou não vão ter alguma indenização, alguma coisa
378 assim? **Sr. Gerson Buss:** Aqui há uma situação diferente. Muitas destas áreas foram construídas onde
379 poderiam ser construídas. Algumas não têm autorização da administração do Parque. No caso, essas
380 até concordo, de como foram construídas sem autorização, elas não deveriam ser levadas em conta
381 num processo de desapropriação. Mas, a gente tem que ver o aspecto jurídico. Mas há áreas, por
382 exemplo, como a parte norte da Ilha das Flores, a área de zona de uso restrito, que poderia ter sido
383 ocupada pelo Plandiel, dentro de certas regras, e como não foi, e como se tem ali uma área ainda
384 bastante preservada, definiu-se manter aquela área dentro do Parque. **Sr. Presidente:** Solicitei ao
385 Gustavo, que é do Departamento Jurídico da SEMA, que também esclareça o processo todo, o que
386 estamos fazendo aqui hoje, e qual é o processo todo de desafetação de áreas, para que tenhamos uma
387 idéia do processo como um todo, pois senão vão achar que estamos aqui hoje modificando a área do
388 Parque do Delta e isso não é o caso. Estamos, de fato, discutindo uma proposta a ser enviada à
389 Assembléia. **Sr. Flávio Lewgoy:** Isso foi bastante bem exposto pelo Gerson. **Sr. Gustavo Trindade:**
390 Cada área deve ser avaliada, verificada a comprovação da propriedade, é todo um processo minucioso
391 a ser desenvolvido pela Procuradoria-Geral do Estado, que já trabalha em conjunto com o Ministério
392 Público uma série de desapropriações, outra série de procedimentos a serem realizados pelo Estado
393 para incorporação destas áreas ocupadas. Então, vai ser analisado caso a caso, e aqueles que
394 construíram sem autorização em área que não é de sua propriedade, não devem receber uma
395 indenização por estarem descumprindo uma série de regras que possibilitavam tal construção. Mas,
396 complementando o que o Presidente referiu, só para esclarecer a população e os Conselheiros, ou seja,
397 que toda e qualquer alteração de limites do Parque que envolvam a redução de limites, de qualquer
398 tipo de unidade de conservação, como são os parques, e como é o Parque Delta do Jacuí, faz-se
399 necessária uma aprovação de lei, ou seja, a Assembléia Legislativa do Estado é que vai ser o órgão
400 competente para redefinir os limites do Parque Delta do Jacuí, como qualquer outra unidade de
401 conservação. Então, o que estamos fazendo aqui é retirar uma posição do Conselho Estadual do Meio
402 Ambiente, que tem um papel fundamental, um papel deliberativo nas políticas do Estado no que se
403 refere à questão ambiental, para, a partir da posição retirada, a partir da decisão do Conselho, ter uma
404 proposta estruturada entre Conselho, população e sociedade para chegar com uma base mais fundada
405 para a decisão da Assembléia, que é o órgão que decide e tem competência para redefinir os limites
406 dos parques. **Sr. Luiz Felipe Kunz Júnior:** Com relação às propriedades, só mais um
407 esclarecimento, porque esta área tem uma característica diferenciada. Não tivemos nunca uma
408 desapropriação total da área do Parque; o contrário do que ocorreu com o Parque de Itapuã, que
409 quando houve um processo de invasão do Parque, a área já era público, já era de posse do
410 Estado. Aqui no Delta nunca tivemos uma desapropriação, ou seja, a área foi criada como Parque, mas
411 nunca foi desapropriada, por parte do Estado. Então, temos que na parte terrestre, principalmente na
412 parte continental, fazer talvez um processo de desapropriação, ou compra destas áreas. Por sorte nós
413 já temos possibilidade de recursos para fazer essa aquisição, que são esses recursos dos grandes
414 empreendimentos, o 0,5% que a lei federal previu e que o CONSEMA transformou em 0,6% para
415 implantação de unidades de conservação, e recursos esses que garantem a possibilidade de
416 implantação do Parque, no médio prazo, mas são propriedades particulares. E nas ilhas nós temos

417 situações diversas, porque nas ilhas, teoricamente, são propriedades do Estado, as ilhas fluviais. Mas
418 há títulos, nestas áreas, que devem ser avaliados pela Procuradoria, quando da negociação ou do
419 próprio processo de desapropriação. Então, algumas ilhas constam já do patrimônio do Estado, já são
420 públicas, não há necessidade de indenização. Nas demais ilhas o Estado vai verificar, junto aos
421 proprietários, a legalidade dos títulos, pois há a possibilidade de títulos legais, dentro das ilhas, há um
422 período em que havia a possibilidade de regularização de terras, de emissão de títulos, e isso vai ser
423 verificado pela Procuradoria do Estado quando do processo de desapropriação ou aquisição das áreas.
424 **Sr. José Lauro de Quadros:** Sr. Presidente de nossa sessão, nosso amigo Nilvo, Srs. Conselheiros,
425 senhores participantes. Pediria ao nosso colega Gerson para três informações. O documento básico
426 que estamos analisando é o que foi enviado. E há três alterações, que seria o Conde, que acresce uma
427 área. Não quero sair do assunto, mas preciso fixar os conceitos que vou embasar a minha explanação
428 rápida. Primeiro: talvez o mais velho aqui presente, nos meus cabelos brancos vejo hoje o País da
429 megalomania e das leis malucas. Megalomania: em determinados momentos do nosso País tudo tinha
430 que ser o maior do mundo. Para citar o exemplo: Itaipu. Tem que ser a maior usina hidrelétrica do
431 mundo, não importa o custo social e ambiental. Construímos a maior usina do mundo e a mais
432 vulnerável em termos de uma eventual sabotagem, porque uma bomba na Itaipu desmancha a nossa
433 geração de energia que abastece o sul e sudeste. As redes de transmissão concentradas numa usina de
434 geração são altamente vulneráveis e quantas vezes tivemos apagão por derrubarem alguma torre. Será
435 que dez mil Itaipus não seria sido melhor que uma só? E, em segundo lugar, citei este exemplo
436 megalomaniaco, porque ali no Itaipu o Parque de Sete Quedas ficou embaixo d'água para mostrar
437 equívocos que ocorrem ao longo do tempo, o Parque de Sete Quedas embaixo d'água, temos Itaipu,
438 com toda essa vulnerabilidade. Leis malucas: vejam vocês que o Código Civil Brasileiro vem sendo
439 debatido na Câmara há 25 anos. Se vocês lerem, ou se leram, o Correio do Povo de hoje na coluna do
440 Armando Burd, na p. 02, ele fez essa lembrança: 25 anos de elaboração do Código Civil. O Código,
441 Dr. Gustavo, o senhor me ensinou hoje, que vai entrar em vigência agora em janeiro de 2003. Pois
442 bem, antes de entrar em vigência já há 190 emendas em gestação. A lei nem entrou em ação, já há 190
443 emendas a serem apresentadas. Isso é uma coisa que me preocupa, com intranquilidade na sociedade.
444 Então, ao fazer essa minha observação, gostaria de pedir aos Conselheiros e a todos os demais
445 participantes de nossa reunião, que possamos ter, ao longo de nossos debates, a sabedoria de tomar
446 decisões com o mínimo impacto social e a máxima preservação ambiental, mas nos atendo a fatos
447 consumados. Esse Parque foi criado em 1976, reformulado em 1979, e são 26 anos que as pessoas que
448 estão lá dentro, sejam os proprietários, sejam os que chegaram, sejam os invasores, sejam os
449 depredadores, que todos os dias chegam lá, e eu participei, Dr. Felipe, dessas nossas reuniões, e
450 inclusive fomos lá duas ou três vezes, e os depredadores estão chegando ao aterrar áreas alagadas,
451 largando aterro lá dentro, e tem gente derrubando árvore lá dentro, lixo, e por aí vai. E que nós
452 possamos, é uma sugestão que faço, ater-nos as decisões da Câmara Técnica de Biodiversidade, que
453 foram as últimas conseqüências nos debates. Esses debates foram abertos, não só aos membros da
454 Câmara Técnica, mas a sociedade, as entidades, todos que lá chegaram e debateram.
455 Consubstanciamos um programa. E cumprimento a equipe da Secretaria do Meio Ambiente, a quem
456 tanto eu prezo, que enriqueceu, incorporando áreas de governo, porque chega de desapropriar área e
457 não pagar. O Parque Itapuã, que é um trabalho maravilhoso que a SEMA está implantando agora neste
458 governo, está cheio de área lá que não foi paga. Não vamos criar novos conflitos para os governos que
459 vêm aí pela frente. E que esse documento básico seja considerado, Dr. Lewgoy, e não vamo-nos ater
460 se tem uma casa mais bonita ou mais feia, porque se o governo desapropriar não vai pagar. **Sr. Flávio**
461 **Lewgoy:** Não me referi a desapropriações de áreas que têm escritura desde o tempo de Dom Pedro I.
462 Estou-me referindo, e a gravação vai mostrar que disse isso: há mansões, casas de luxo que foram
463 estabelecidas sem licença em áreas que eram do Parque; quer dizer, não tem nada a desapropriar, não
464 tem direito a um tijolo de indenização, foi isso que eu disse. **Sr. José Lauro de Quadros:** Quem vai
465 para uma área como essa, e para muitas outras dentro do Rio Grande do Sul e do Brasil são os
466 amantes da natureza e não vou chamá-los de invasores. E, muitas vezes, inadvertidamente, a titulação
467 dessas áreas não é perfeita. Mas são fatos consumados. E, em segundo lugar, no mundo foi assim,
468 sempre a intervenção do homem na natureza causa alterações, pequenas, médias, e, às vezes,

469 irreversíveis. Na Alemanha se destruiu todas as árvores, e hoje a Alemanha tem 37% de cobertura
470 florestal e a Floresta Negra é considerada como uma área primitiva e não é. Então, vamos trabalhar
471 em cima de fatos consumados, vamos evitar o mínimo possível de desapropriações de áreas que o
472 governo depois bota nos precatórios e nunca mais paga. Vamos trazer tranquilidade para quem está
473 dentro do Parque Delta do Jacuí e vamos criar uma condição de fiscalização, que párem as
474 agressões. O que está, está, vamos consolidar! **Sr. José Luiz Diniz Barradas:** Entendemos
475 perfeitamente a dificuldade da Câmara Técnica em conciliar os interesses sociais com interesses de
476 preservação ambiental. E do trabalho apresentado, o que nos chama bastante atenção, e que devemos
477 ter como objetivo primeiro, é a preservação da área. E onde é que isso fica bem claro? Que nós
478 tínhamos na tabela apresentada que em 1979 eram 4.900 habitantes. E nessa discussão que se arrasta
479 por 20 anos há situações sociais que vão ter interesses conflitantes, ou seja, da comunidade como um
480 todo, da reserva e do particular. Isso vai gerar, inevitavelmente, se não administrativamente,
481 judicialmente uma pendenga. Então, acho que temos que nos ater é na aprovação da delimitação da
482 área do Parque para que seja, de imediato, tomadas providências, e que se interrompa este processo de
483 invasão e de agressão. A minha preocupação, que é do grupo aqui, é o que vai se feita com esta área
484 que for liberada para a ocupação. Estamos deixando parte desta área livre para ocupação. Daqui a seis
485 meses, um ano, um grande grupo econômico vai lá e compra meia dúzia daquela área de ocupação e
486 faz megaempreendimento. Isso é uma outra coisa que não sei se pode gerar algum instrumento legal
487 nesse documento de criação do Parque para que se evite este tipo de ocupação, que seria somente uma
488 ocupação horizontal, plana e não verticalizar a ocupação desta área liberada. **Sr. Gustavo Andrade:**
489 Só para esclarecer: as unidades de conservação da categoria parque, o plano de manejo deve delimitar
490 o que se chamava antigamente de zona de entorno, onde se chama zona de amortecimento, que vai
491 regrear o uso e a ocupação desta zona de entorno do Parque, que busca amortecer os impactos
492 ambientais até chegar na unidade de conservação. Então, como foi referido pelo próprio Gerson, já se
493 teve essa discussão com o Município de Porto Alegre buscando, em consenso, elaborar as regras para
494 ocupação desta chamada zona de amortecimento, e isso deve ocorrer com os demais Municípios e a
495 unidade de conservação, em conjunto com os Municípios, vai regrear a forma que pode-se dar a
496 ocupação ou atividades econômicas nesta área. Então, há previsão na própria legislação, que trata das
497 unidades de conservação, um zoneamento, uma adequação da ocupação visando a proteção da unidade
498 de conservação. **Sra. Mara Sasso:** A área não está congelada de ocupação? **Sr. Luiz Felipe Kunz**
499 **Júnior:** Conselheira, as áreas que hoje fazem parte do Parque estão regidas pelo decreto de 2001. E
500 hoje só podem haver reformas nas casas que existem lá, e qualquer nova ocupação está proibida, ou
501 seja, desde o ano passado temos uma equipe de fiscalização, dentre os 17 funcionários, constante na
502 área, e tanto por água, como por terra, e que tem sido bem atuante e tem lavrado vários autos de
503 infração e impedido várias novas construções na área. Então, temos uma fiscalização que está bem
504 ativa neste ponto de vista. **Sr. Presidente:** A Mesa vai abrir solicitações de esclarecimentos dos
505 nossos participantes que não sejam Conselheiros. Temos três inscrições feitas. **Sr. Alencar Capute:**
506 Sou proprietário de um terreno na Ilha das Flores, e a minha família tem um outro terreno também,
507 onde eles têm a propriedade, na parte norte. Por meio de pesquisa na Cúria, um dos terrenos é posso
508 vintenária, esse terreno tem a propriedade desde o tempo de Dom Pedro. O outro terreno, que é bem
509 maior, já o título de propriedade no Registro de Imóveis. Vi que o Dr. Lewgoy se ateu muito nas
510 mansões, e aqui abro aspas, e ele está preocupado muito com o tijolo que foi colocado nas mansões e
511 não com a propriedade. Pergunto: eu, como proprietário de um terreno, que tenho propriedade desde o
512 tempo de Dom Pedro, vou ter o direito à indenização no valor de mercado ou simplesmente o Estado
513 vai tomar este terreno de mim e se apossar dele? Segundo: fiz uma consulta na Procuradoria-Geral do
514 Estado onde o Procurador-Geral deu um parecer oral para mim sobre a propriedade e disse que o
515 Estado não queria conflito com os proprietários mas sim, exatamente fechando com a sua filosofia,
516 com a sua idéia, Conselheiro José Lauro, o Procurador do Estado disse que não queria conflito com os
517 proprietários. Se der para nós negociarmos e sair todo mundo bem, é o nosso interesse. E nesta
518 conversa com o Procurador-Geral do Estado, onde estavam presentes outros Procuradores da
519 Procuradoria, sai satisfeito com o que ouvi. Mas, hoje chegando aqui vejo que há uma preocupação
520 muito grande com as mansões, que nem o Dr. Lewgoy falou várias vezes, e vejo também que a idéia

521 do Conselho do Meio Ambiente está definida: fizeram o Parque e se tem mais gente morando lá
522 vamos tirar estas pessoas e aí vamos passar para os próximos governos o abacaxi. Porque se o
523 Governo do Estado Olívio Dutra não paga precatório desde quando assumiu, o que o Governo Rigotto
524 vai fazer conosco, proprietário:? Ele vai passar para o próximo? E aí talvez os meus netos, e não tão
525 velho assim, 37 anos, e os meus netos ou talvez bisnetos, vão receber do Estado aquilo que é um
526 direito meu. Então, gostaria de saber por que ao invés de vocês imporem desta forma, como vocês
527 estão impondo, não faz ali conforme o Conselheiro José Lauro, de evitar conflitos? Obrigado. **Sr.**
528 **Presidente:** Vamos recolher os três questionamentos e depois respondemos em bloco. **Sr. Telmo**
529 **Kinz:** Estou representando a Prefeitura de Eldorado do Sul. No dia 30 de setembro foi feita uma
530 audiência pública. E nessa audiência pública foram apresentadas sete reivindicações. E dessas sete
531 reivindicações nos pareceu que foi contemplada uma e assim mesmo em um terço numa parte e um
532 sexto da proposição na outra, que é a questão dos 30 metros, que foi sugerido pela comunidade 300
533 metros, e pelo Executivo 150 metros. Agora, o mais importante, é que nesta reunião, nesta audiência
534 pública da qual eu tenho aqui a transcrição da Ata, foi colocado pelo DEFAP que tão logo essas
535 proposições fossem analisadas, seriam convocados novamente à comunidade e o Executivo para
536 discutir essas proposições antes de se tomar uma decisão. Parece que houve uma decisão sem
537 consultar. Então, queria propor ao CONSEMA que antes de definir qualquer coisa, que se discutisse
538 em audiência pública, conforme foi prometido nesta Ata, essa questão das reivindicações. Era isso,
539 obrigado. **Sr. Alexandre Krob:** Sou Presidente da Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da
540 Mata Atlântica, foi mencionado que o projeto foi enviado a nós, e nós fizemos uma avaliação com o
541 grupo técnico sobre unidades de conservação do Comitê, e emitimos uma posição à SEMA, ao
542 CONSEMA e ao DEFAP que difere da proposta que está sendo apresentada para os novos limites. E
543 queria explicar o porquê e colocar-me à disposição para esclarecimentos. Essa semana tentamos
544 enviar para todos os Conselheiros a nossa consideração a respeito desta proposta, e fundamentalmente
545 a nossa posição é que a proposta de desafetação das áreas deveria estar melhor embasada com um
546 plano de manejo, que é o documento que permite que uma série de aspectos técnicos sejam
547 considerados quanto à inclusão ou exclusão ou desafetação de áreas de uma unidade de conservação.
548 Por que isso? Principalmente o aspecto que nos preocupa é o papel da unidade de conservação na
549 conservação daquele ecossistema e da biodiversidade do Delta do Jacuí, sem deixar de lado a
550 preocupação social que envolve toda a dinâmica de implantação de uma unidade de conservação.
551 Então, embora a gente tenha resultado final um aumento da área da unidade de conservação, a forma
552 como as áreas desafetadas estão distribuídas na proposta afeta uma série de dinâmicas ecológicas que
553 ocorrem dentro da unidade. Nós reconhecemos que há uma necessidade de desafetar diversas áreas na
554 unidade de conservação que estão ocupadas e consolidadas, e não existe outra alternativa de gestão da
555 unidade de conservação a não ser essa desafetação. Mas, estamos propondo, e gostaríamos que os
556 Conselheiros considerassem essa proposta, de que a definição final das áreas a serem desafetadas ou
557 incluídas (acrescentadas) viessem subsidiadas por um plano de manejo da unidade de conservação.
558 Por que isso? Alguns processos como, por exemplo, fluxos biológicos dentro da unidade, são
559 impedidos por barreiras que existem de ocupação urbana dentro da área. Um exemplo disso é a
560 questão da Ilha Grande dos Marinheiros, na porção norte, e que tem uma área ocupada bastante
561 extensa, proposta na desafetação, mas a densidade de ocupação nesta área varia muito ao longo da
562 distância em que ela se afasta da BR – 116. Por exemplo, ali deveria haver uma consideração
563 diferenciada em termos de desafetação, a parte mais concentrada a ser realmente desafetada, e a outra
564 parte a ser deslocada em função de manter as integridades das dinâmicas da unidade de conservação.
565 A gente mandou um documento que tem uma série de considerandos, e se os Conselheiros quiserem
566 algum esclarecimento a respeito de qualquer um dos considerandos e o porquê de nossa posição,
567 estamos à disposição, ou eu ou a Isabel Chiapette, que faz parte do Comitê, e nós gostaríamos que
568 fosse considerada essa nossa proposta. **Sr. Presidente:** Agradecemos a manifestação de nossos três
569 participantes não Conselheiros, e vamos passar aos esclarecimentos. Como sabemos, da experiência
570 de trabalho nesse Conselho, nem sempre é possível separar o que é esclarecimento ou o que é
571 posicionamento sobre o mérito da proposta, e sempre misturamos as duas coisas, e é natural que seja
572 assim, então, vamos passar para o esclarecimento sobre as três manifestações, e após retornaremos à

573 manifestação dos Conselheiros sobre o mérito da proposta apresentada aqui para redefinição dos
574 limites do Parque Delta do Jacuí. **Sr. Luiz Felipe Kunz Júnior:** Falando primeiro aos Conselheiros,
575 e para que eles entendam também a resposta que será dada sobre a pergunta sobre a face norte da Ilha
576 das Flores. Dentro das propostas que foram analisadas, e os Conselheiros receberam, e que não foi
577 com parecer de aprovação, havia uma proposta dos moradores do norte da Ilha das Flores de doarem a
578 parte da área, a parte leste da estrada construída, para o Parque Delta do Jacuí, desde que a parte
579 oeste, onde estão os terrenos e a maior parte das casas, e a área que hoje seria o segmento da
580 ocupação, ficassem fora do Parque. E ficamos em análise com esta proposta e fizemos uma
581 consultoria à Procuradoria-Geral do Estado, a Procuradoria de Domínio Público, que disse que não
582 teria como ter certeza para aceitação daquela proposta, pelo menos do ponto de vista inicial,
583 administrativo, da legalidade daqueles títulos apresentados. E havia títulos de cessão vintenária, que
584 deveriam ser analisados, e de fato a Procuradoria de Domínio Público nos colocou que só poderia
585 haver uma comprovação judicial, ou seja, o Estado não poderia fazer um acordo administrativo sobre
586 uma área, que, em tese, pudesse ser sua. Então, recebendo como doação uma parte da área que possa
587 ser do Estado. Por isso é uma questão complexa que deve ser discutida na negociação com as
588 propriedades. E o que queria ressaltar com relação as áreas que ficam no Parque, que, num primeiro
589 momento, vão ser objeto de negociação para aquisição, com esses recursos de compensações
590 ambientais, logo, negociar com os proprietários a aquisição. Em caso de não se chegar a um acordo
591 sobre o valor da área a ser negociada, de fato se passa para um processo de desapropriação. Mas isso
592 sempre vai-se tentar fazer porque agora existirão recursos para implantação destas áreas,
593 diferentemente do que era antes da Lei Federal nº 9985/2000, que não se tinha um instrumento viável
594 para aquisição de áreas, e hoje ele existe, tanto que são várias áreas, tanto federais, como estaduais
595 nos diversos Estados, e mesmo municipais, que estão sendo adquiridas e regularizadas. Então, nós
596 pretendemos fazer com que primeiro haja uma negociação e depois, caso não se chegue a um acordo,
597 a desapropriação. Mas sempre na tentativa de se chegar a um acordo. E o critério que foi utilizado são
598 as áreas que estão menos ocupadas, menos utilizadas. Então, na face norte da Ilha das Flores, existe,
599 depois de uma área de ocupação intensa, em que as habitações são esparsas, muito esparsas, fazendo
600 com que tenhamos áreas interessantes de ambiente natural entre essas casas, que seria interessante
601 manter no Parque. Ou seja, não seria coerente nós permitirmos ainda alteração de grandes áreas que
602 hoje estão preservadas. Com relação à Prefeitura de Eldorado do Sul. Poderíamos até demonstrar aos
603 Conselheiros as propostas, elas estão aqui, as propostas que o Município de Eldorado do Sul
604 apresentou para que os Conselheiros tenham ciência delas no mapa, e de fato ao representante da
605 Prefeitura nós pretendemos fazer com que depois da discussão no CONSEMA possa haver um retorno
606 às comunidades com a apresentação da proposta aprovada, porque a proposta já estava em discussão
607 dentro do CONSEMA, ou seja, nós já tínhamos uma proposta, que saiu de uma Câmara Técnica, e
608 está vindo a Plenário. Ou seja, é o momento de retornar à comunidade com uma proposta de decisão,
609 que a decisão sequer é nossa, ou seja, estamos dando, como Secretaria, um parecer para o Plenário do
610 Conselho, para que este se manifeste e possamos retornar às comunidades com as propostas definidas,
611 mas que devem ainda passar pela Assembléia Legislativa, como o Presidente do Conselho colocou.
612 Com relação à questão colocada pelo Presidente do Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica,
613 o Alexandre, nós vivemos de fato no Delta uma questão muito complexa. Ou seja, é difícil nós
614 imaginarmos um plano de manejo sem que nós tenhamos os limites definidos. Porque é muito difícil
615 nós trabalharmos com cenários tão complexos como esse, ou seja, o cenário de termos milhares de
616 pessoas para serem reassentadas, leva o plano de manejo para um lado, ou seja, nós vamos investir,
617 durante muitos anos, recursos do Parque, apenas no reassentamento destas comunidades. Nós
618 resolvemos este problema, podemos direcionar para a implantação de infra-estrutura. Então, o ideal é
619 que possamos ter primeiro uma definição destas áreas, e o porquê nós optamos por primeiro redefinir
620 os limites para depois fazer o plano de manejo porque de fato vamos ter inclusive um plano de manejo
621 mais diretamente aplicável. Com relação à face norte da Ilha dos Marinheiros, que foi um exemplo
622 que o Alexandre colocou, queria esclarece que de fato a ocupação é intensa em todo aquele trecho, até
623 o limite apontado. Há alguns terrenos entre as casas, mas não há áreas extensas de ambiente natural
624 ainda preservado na face norte da Ilha das Flores. Com relação a essas barreiras, ou seja, essas

625 barreiras hoje formadas pela população, já existem, ou seja, a dinâmica de trocas entre o meio já não
626 existe mais. E esse é um fato da realidade que temos que trabalhar hoje. Quer dizer, hoje temos áreas
627 já alteradas, e não estamos propondo aqui a alteração de dinâmica propondo que várias destas áreas,
628 que o contato da natureza entre o ambiente terrestre e aquático deixe de existir nestas áreas, é porque,
629 de fato, ele já não existe mais, e já não existe muitas vezes há algumas décadas em algumas destas
630 áreas que estão colocadas aqui para desafetação. O Gerson pode apresentar para os Conselheiros as
631 propostas apresentadas na audiência pública de Eldorado do Sul, mas continua o nosso compromisso
632 das propostas aprovadas de fato, que só podem ser aprovadas pelo Conselho, serem levadas e nós
633 retornarmos à comunidade com as informações. **Sr. Gerson Buss:** As sete propostas que foram
634 encaminhadas pela Prefeitura de Eldorado do Sul. A primeira delas é desafetar uma área próximo ao
635 Loteamento Cidade Verde, que seria esta área que está no projeto de loteamento, mas que hoje ainda
636 se encontra preservada, inclusive com o Ministério Público conseguimos embargar o aterro que estava
637 sendo feito neste local. Então, essa era uma das propostas de Eldorado, uma área de 17 hectares, de
638 desafetar a área do Parque para que o loteamento venha até próximo à BR. As demais propostas
639 envolvem em torno de 700 hectares do Parque a serem desafetados. Na justificativa da proposta fala
640 na questão dos loteamentos, na implantação dois distritos industriais e de marina. Seria esta área que
641 a Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul está propondo ser desafetada do Parque do Delta. É uma
642 área que a gente não concorda, e viram naquela imagem aérea, que não é uma área adequada para
643 ocupação. Já existem problemas no próprio Município de Eldorado, e se a gente expandir para a área
644 baixa do Jacuí ainda com o distrito industrial, isso pode ter conseqüências trágicas. Então, são todas
645 estas áreas, sendo que se considerou a questão da Martim Poeta, do Bairro Picada e o acesso até o
646 cemitério. **Sr. Presidente:** Antes de passar a palavra aos Conselheiros, a Mesa esclarece aos nossos
647 participantes, que não Conselheiros, que estão pedindo a palavra, que essa não é uma audiência
648 pública. É uma reunião do Conselho em que a Mesa está fazendo um esforço para conciliar a
649 manifestação dos Conselheiros e daquelas pessoas que estão aqui buscando esclarecimento e
650 manifestação. A prioridade de manifestação é dos Conselheiros. Abriremos, mais adiante, após a
651 manifestação dos Conselheiros, uma nova rodada para aqueles participantes que não são Conselheiros
652 aqui presentes. **Sr. Geraldo André Susin:** Boa-tarde. Sr. Secretário e Srs. Conselheiros, membros da
653 Mesa e convidados. Por ordem crescente de importância, na p. 16 fala da questão do patrimônio
654 histórico da Prefeitura de Nova Santa Rita. Qual é o conflito na questão do patrimônio histórico
655 dentro do Parque? São 6 hectares, é uma área restrita, mas é uma dúvida importante, pois qual é o
656 conflito entre o patrimônio histórico dentro de um Parque? O segundo ponto, uma coisa que não ficou
657 clara, é o histórico da ocupação nestas áreas a serem desafetadas. A gente percebe e que há áreas que
658 são do tempo do Império, há áreas anteriores ao Parque, há áreas que são posteriores à primeira lei, e
659 a gente percebe que há uma mancha de ocupação. Então, quais são os critérios? E outra situação que a
660 gente visualiza na foto é que há uma estrada e vegetação em volta, e é uma área que vai ser desafetada
661 como área de exclusão. **Sr. Iberê Mesquita Orsi:** Não vi, até por questão de deficiência minha, pois
662 esta convocação saiu no dia 02 de dezembro, e recebemos isso ontem, e não acompanhou esta
663 documentação na convocação. Pode ser que tenha sido uma deficiência nossa. Mas gostaria de fazer
664 um questionamento de qual é o custo para os Municípios desta desafetação, pois aqui estão
665 considerados os custos do Estado. Outro aspecto: no momento que realizamos esta desafetação, esta
666 área desafetada passa para um domínio de algum Município e isso terá um custo bastante elevado, que
667 aqui não foi considerado. Evidente que hoje está sendo somente apresentado o projeto, e até não
668 consta aqui da convocação uma proposta de votação ou não, e sim somente na convocação do
669 Conselho tem a apresentação da proposta. Então, nós, da FAMURS, gostaríamos de solicitar ao
670 Conselho desde já prazos para podermos nos manifestar a respeito disso, até porque não está
671 considerado nesta proposta os custos dos Municípios. **Sr. José Lauro de Quadros:** Srs. Conselheiros.
672 Estamos participando deste Conselho desde três anos e meio até esta data. E podemos registrar para
673 os visitantes, já que os visitantes não são sempre os mesmos, e esporadicamente algum poderá repetir
674 a sua presença, mas os Conselheiros são sempre os mesmos, e a preocupação do Secretário Langone,
675 do representante do Secretário Langone na Presidência da Sessão, Dr. Nilvo, o Luiz Felipe, do
676 DEFAP, e a preocupação de um debate amplo não só entre Conselheiros, mas entre todas as pessoas

677 interessadas, nas Câmaras Técnicas e acho que nós avançamos em três anos e meio, o que veio
678 pendente de dezenas de anos. No caso desse Parque, são 26 anos que esse assunto vem-se arrastando.
679 Em três anos e meio nós chegamos numa proposta concreta. No caso do Parque de Itapuã, são mais de
680 30 anos, e o Parque já está aberto à visitação pública. Isso parece uma roda quadrada, e vai andando,
681 trancando, e vamos ter em janeiro uma nova administração no Rio Grande do Sul e noto uma
682 preocupação tanto do Nilvo como do Felipe, que eles querem deixar a mesa mais ou menos limpa no
683 que puder. Então, quero convidar os Conselheiros para que atendidas todas as opiniões de cada um,
684 mas que pudéssemos chegar a um denominador comum. Temos um documento concreto que foi
685 trabalhado, dissecado, discutido, debatido e chegamos a um documento concreto, inclusive melhorado
686 no sentido de aumentar a área do Parque. O meu querido Colega Alexandre, desculpe-me, mas se nós
687 formos pensar em plano de manejo Parque é mais cinco ou dez anos, e o Brasil não pode mais esperar
688 com essas pendengas. Em segundo lugar, isso aqui que vamos decidir hoje é uma indicação técnica
689 que vai para a Assembléia dar um tratamento político. Se tiver alguma correção a fazer, lá na
690 Assembléia nós vamos aprimorar alguma falha eventual que tenhamos aqui. Mas está na hora de nós
691 limparmos a nossa agenda, de nós implantarmos os nossos parques, e nós, com os parques
692 implantados, podemos exigir, dos novos governos que vão vir por aí, para regularizar situações
693 fundiárias, regularizar todas essas pendências que estão aí, porque nós ficamos procurando o ótimo e
694 não realizamos o bom, e aí acabamos ficando no ruim. Então, a minha mensagem é para que os
695 Conselheiros, ouvindo os visitantes, que democraticamente V.Exa. vem dando a palavra a todos os
696 visitantes, mas que nós, Conselheiros, possamos sair daqui hoje com uma decisão. **Sr. Presidente:**
697 Vamos passar para esclarecimentos e depois fazemos uma nova rodada. **Sr. Gerson Buss:** Primeiro,
698 com relação a questão do conflito posto entre patrimônio histórico e aquela área de Nova Santa Rita.
699 Não há conflito, e o que houve foi uma proposta da Prefeitura, que tivemos na área, numa visitação
700 conjunta, e concordamos, no caso, com os argumentos colocados, que é uma área que está
701 relativamente alterada, não pega nenhuma área de mata nativa e nem preservada, nem faixa de área de
702 preservação permanente e se concordou, no caso, com essa proposta, fez-se esta avaliação, mas não há
703 conflito. E há uma linha, dentro da proposta de redefinição dos limites, para minimizar conflitos para
704 tornar viável. Com relação a vista área da Ilha das Flores, lado sul, essa área foi sugerida na reunião
705 da Câmara Técnica do Conselho, e na proposta original da Secretaria essa área permaneceria no
706 Parque. Daí essa área foi sugerida durante as discussões da Câmara Técnica, houve votação, e foi
707 aprovado que essa área viesse a ser desafetada. No caso, essa área em questão, seria essa 22, como
708 está na área proposta pela Câmara Técnica do CONSEMA. Na foto, essa área é da margem do Canal
709 da Conga, é uma área que na proposta original se pretendia manter no interior do área do Parque por
710 se atestar que ela encontra-se em boas condições de preservação, e é importante manter esta área
711 dentro do Parque. **Sr. Geraldo André Susin:** Qual a área que seria desafetada na foto? **Sr. Gerson**
712 **Buss:** Zona de uso restrito, que termina no Canal, essa zona de reserva biológica, a área proposta a ser
713 desafetada é esta área aqui que vai seguindo até o final da estrada, até a propriedade nº 3000 da Rua
714 dos Pescadores. **Sr. Luiz Felipe Kunz Júnior:** Com relação aos custos municipais, que o Iberê
715 coloca. De fato, é uma preocupação consistente, mas a gente tem que ter em mente que são áreas que
716 já são hoje servidas pelos Municípios, pois temos que observar que são áreas, e principalmente os
717 moradores das áreas sabem, que eram áreas municipais, e muitas delas áreas urbanas, antes de ser
718 criado o Parque. O conflito surgiu porque o Parque foi criado em cima de comunidades urbanas já
719 existentes. E com isso se criou o conflito hoje para se fazer qualquer reforma em uma casa, às vezes,
720 em área urbana, que Eldorado e Porto Alegre poderia muito bem autorizar pelas suas Secretarias de
721 Obras, e tem que haver autorização da direção do Parque. Então, não há responsabilidade que hoje já
722 não sejam dos Municípios. Os Municípios já fazem coleta de lixo, já mantêm serviços regulares
723 nestas áreas, praticamente todos serviços de saúde, iluminação pública, fornecimento de água, no
724 caso, Porto Alegre é municipal, e em Eldorado é a CORSAN, mas essas áreas já são áreas municipais,
725 os Municípios realizam os seus serviços, e apenas há um gravame diferente por estarem dentro de um
726 Parque Estadual. No caso aqui, o que é ficção é o Parque. A ação do Município nestas áreas já existe.
727 Muitas vezes ela é limitada pelo fato de estar no Parque, mas de fato já são áreas municipais, são
728 bairros com serviços, suas ruas são regularizadas dentro das Prefeituras, inclusive o representante da

729 FAMURS, na Câmara Técnica, acompanhou estas discussões, e não colocou maiores óbices com
730 relação a isso, porque já havia este entendimento de que de fato hoje se há uma ficção na questão não
731 são as áreas municipais, e sim o próprio Parque que não está implantado, e que por atingir áreas
732 urbanas, ele acaba impondo uma série de restrições àquelas comunidades. Não se agrega custo novo
733 nestas áreas. **Sr. Iberê Mesquita Orsi:** Inclusive aqui nos custos estimados, temos um custo de
734 R\$4.050.000,00 na relocação de 311 residências. Essas 311 residências vão ser colocadas em algum
735 Município, e evidente que aqui não tem um cálculo de custo, de quanto é que vai custar para este
736 Município, qual a área que vai ser alocada, em qual é o Município, até porque isso normalmente
737 acontece, o Estado reloca estas pessoas e essas despesas normalmente vão explodir no Município.
738 Este é o ponto que não tem nenhum cálculo e nem de onde é que sairão estes recursos. E esta é uma
739 preocupação nossa, até porque a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, num final de governo, você
740 colocar despesas para um próximo governo, e que vai evidentemente estourar lá no Município. O
741 Município vai ter estes custos e vai ter que arcar. **Sr. Presidente:** O que estamos discutindo aqui é um
742 posicionamento do CONSEMA, destacando que a FAMURS participa da Câmara Técnica que
743 encaminhou esta proposta ao Conselho. Portanto, há necessidade de discussão interna na FAMURS,
744 afinal de contas, que posição tem a FAMURS sobre esta questão. Mas, não estamos deliberando aqui
745 a mudança dos limites do Parque. Nós estamos deliberando aqui sobre uma posição do CONSEMA,
746 sobre uma proposta do Pleno do Conselho, sobre uma proposta encaminhada pela Câmara Técnica.
747 Essa discussão deliberativa sobre os limites do Parque, quem vai fazer, repito, é a Assembléia
748 Legislativa. Certamente, vai usar todos os mecanismos disponíveis para participação e para discussão
749 pública. Trata-se aqui de um consenso sobre uma posição do Pleno do Conselho a ser encaminhada ao
750 Legislativo. O CONSEMA não altera os limites do Parque. O CONSEMA pode propor, que é o
751 mecanismo que estamos fazendo aqui. Após uma discussão pública, após a passagem na Câmara
752 Técnica, trazer discussão ao Pleno. A Mesa está fazendo um esclarecimento, não está rebatendo
753 nenhuma posição do Conselheiro. A posição do CONSEMA não implica de custos de parte alguma. A
754 decisão do CONSEMA implica o encaminhamento da discussão do tema do Delta. Então,
755 evidentemente que temos uma situação bastante complexa. Por um lado há os que defendem a
756 relocação de grande parte da população que está lá vivendo, e isso tem custo social. E por outro temos
757 as comunidades que vivem lá e que precisam ter acesso aos serviços essenciais para uma vida digna, e
758 para isso há necessidade de desafetação de algumas áreas. Evidente que é de interesse tanto do
759 Governo do Estado, quanto dos Municípios, prover os elementos mínimos para a vida digna de uma
760 população que está lá vivendo. Então, há preocupação de toda ordem aqui. Evidente, que não vamos
761 aqui discutir quem é que vai arcar com os custos disso. Evidente, que os dois níveis de Governo têm
762 que estar preocupados com a população que vive lá, não é um problema nem só do Município, nem só
763 do Governo do Estado, é um problema compartilhado. Portanto, estamos tentando aqui achar um
764 encaminhamento para um problema complexo. Alguém falou que nós devíamos evitar conflito. E não
765 há como evitar conflito numa situação dessa totalmente. E temos que, coletivamente, deliberar com
766 sensibilidade e bom-senso, mas mediando, porque não há solução que satisfaça todos os interesses e
767 que olhe para todas as situações, isso é evidente, não há como. E me parece que na discussão, na
768 Assembléia Legislativa, é evidente que Governo do Estado, Legislativo e Municípios vão ter que
769 chegar a um acordo sobre a equação de quem arca com o ônus disso ou daquele outro. Mas o essencial
770 é que venhamos a pensar como Federação, Estado, Municípios e Legislativo, numa solução adequada,
771 que viabilize a proteção ambiental daquela área valiosíssima e também a garantia de condições
772 dignas de vida para aquela população que reside nesta situação. Dá para conciliar tudo? Não dá,
773 evidente que não dá. **Sr. Luiz Felipe Kunz Júnior:** A questão que o Iberê levanta é pertinente e
774 cabe um esclarecimento. Aqueles reassentamentos que estão colocados ali, desapropriações, de fato
775 são custos do Estado na implantação do Parque. Ou seja, quando nós colocamos ali aquelas famílias
776 que deverão ser reassentadas, e são várias situações, isso são custos do Estado, mas queria deixar bem
777 claro, Iberê, que não estamos criando custos. O Parque está criado desde 1976, e o que estamos
778 tentando aqui é administrar uma situação já criada, tentando fazer com que os custos de fato
779 diminuam, pois se trabalhássemos o desenho original da categoria Parque, e disséssemos, nenhuma
780 alteração, implanta-se o Parque como está, teríamos que reassentar 15 mil pessoas, que é uma

781 população maior que a maioria dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Então, isso está fora
782 de cogitação. E vamos pegar essas 400 famílias que sobram, a serem ou indenizadas ou reassentadas,
783 e o Estado está assumindo que essa é uma responsabilidade, e o DEFAP, como órgão gestão das
784 unidades diz: essa é uma responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul. E poderemos estabelecer
785 convênios com os Municípios, lógico, de verificar uma área melhor para fazer esse assentamento,
786 principalmente as populações irregulares que estão lá, de fazer a discussão com a comunidade, de
787 encontrar área e pagar o assentamento numa área que a própria Prefeitura possa ser parceira na
788 indicação da área, porque os custos serão, em princípio, do Estado, essa responsabilidade nós
789 reconhecemos que é do órgão que vai fazer a implantação do Parque. Só queria repetir de fato para os
790 Conselheiros e visitantes: esse custo não está sendo inventado por nós. Esse custo foi gerado quando
791 da criação do Parque em 1976. **Sr. Geraldo André Susin:** O Secretário do Conselho compartimentou
792 que havia um grupo a favor e outro contra. Estamos num grupo que não foi citado, que é o grupo que
793 ainda não toma posição, porque recebemos este documento ontem, e temos clareza de uma situação
794 que a maior parte das pessoas que estão nestas áreas são vítimas de uma situação institucionalizada,
795 são pessoas que foram enganadas por loteadores inescrupulosos, por administrações históricas, e não
796 é deste Governo, não são das Prefeituras atuais, e são historicamente enganadas, as administrações
797 fecham o olho, deixam o loteador tomar conta, enganam mais gente e as pessoas são vítimas desta
798 situação. Mas como a gente tem a posição de defender a questão ambiental, que é uma visão
799 cosmocêntrica, uma visão ampla, inclusive, contemplando com essa situação de vocês, estamos aqui
800 para contribuir. Então, não sentimos nem a favor de tirar nem a favor de deixar. Queremos discutir o
801 tema com consciência e fazer um esforço para acertar. E acertando para a maioria. E nessas três
802 posições não ficou clara a primeira posição, em ordem crescente de importância. Já foi respondido
803 que não há conflito, na p. 16 do documento, que fala do patrimônio histórico na Prefeitura de Nova
804 Santa Rita e de que o patrimônio estaria protegido dentro de uma unidade, inclusive. Então, não
805 entendemos porque sair da proposta do Parque. Segundo, a questão histórica: qual é o fato histórico
806 das ocupações, e a terceira, essa questão de que há uma grande massa verde e por que está saindo do
807 Parque isso? **Sr. Iberê Mesquita Orsi:** O custo não é da implantação. Evidente que o custo de
808 implantação é do Estado, sem dúvida, se ele quiser fazer, ele faz. Mas é o custo posterior à
809 implantação: saúde, educação, e isso tudo cai nos Municípios. E não se trata de ser contra ou a favor,
810 e a nossa proposta é uma proposta em função do espaço de tempo que nós recebemos esta documento,
811 que foi exíguo para a discussão. Acho que não é de bom alvitre colocar isso em votação, até porque
812 compromete o Conselho, o que pode ser feito até o final do ano, sem problema algum. Acho que
813 inclusive pode marcar até uma reunião para daqui a dez, doze dias, agora, o espaço que houve para a
814 discussão desse documento, praticamente não existiu. Então, não tenho condições, até porque há sete
815 Municípios envolvidos, como representante da FAMURS, de ouvi-los. Até porque há alguns
816 Municípios que estão incluídos e não foram ouvidos. **Sr. Presidente:** A FAMURS é membro da
817 Câmara Técnica que enviou esta proposta ao Conselho. Então, se houve algum problema de
818 comunicação interna da FAMURS é questão que tem que ser resolvida. Agora, houve o tempo de
819 discussão na Câmara Técnica, não só no Pleno, com a participação da FAMURS. Agora, na etapa
820 seguinte é que vamos decidir se discutimos mais, se encaminhamos à Assembléia Legislativa. Vamos
821 abrir para três manifestações dos não Conselheiros. **Sr.** : É um clamor para aqueles que na
822 votação decidirem se aprovem hoje ou não aprovem. Faço parte do Instituto de Cardiologia, da Equipe
823 de Pesquisa de Isquemia e Transplantes, então, acho que tenho algum mérito, com 68 anos, quero
824 apenas continuar a morar na Ilha das Flores, e poder levantar a estrada um meio metro, porque
825 freqüentemente fico retido porque há águas reclusas, outras coisas. Pediria que o bom-senso votasse
826 hoje haja o que houver, mas é uma questão humana, porque ninguém quer cortar maricá, e moro ali e
827 ia a nado, ia de caíque, ia de todo o jeito, não tinha estrada, e onde adquiri o meu terreno tinha tambo
828 lá, e alimentou Porto Alegre. Então, em virtude de pequenas coisas, que podem ser ajustadas depois,
829 vão fazer esta aprovação, senão o Gerson vai ficar louco porque telefone de hora em hora para ele, de
830 quando é que vou poder levantar um pedacinho para eu sair de noite e não ficar trancado com o meu
831 carro para atender chamados e também quando aquele que vai-me dar na BR o fígado dele, eu possa
832 sair de lá com 68 anos. Senão, vou ter que comprar uma matrícula no crematório. Então, peço que

833 votem hoje isso no sentido humano. Agradeço muito aos Conselheiros que decidam esta situação.
834 Muito obrigado pela minha parte e da minha família. Só quero habitar e respirar um ar puro, e há
835 mérito para isso. Obrigado. **Sr.**: Agradeço a oportunidade que a Mesa me confere. E dizer que
836 estou aqui como um dos representantes da Ilha das Flores, pela nossa Associação Comunitária dos
837 Amigos da Ilha das Flores, cujo Presidente não pode comparecer e me incumbiu de representá-lo. Mas
838 junto com isso quero esclarecer, informar a todos os integrantes do CONSEMA, que já estou
839 convivendo na Ilha das Flores há mais de 40 anos, mais precisamente há 39 anos. Quando adquiri a
840 propriedade, que tenho até hoje lá, não existia o Parque Estadual Delta do Jacuí. Não existia a
841 Fundação Zoobotânica, e o acesso rodoviário recém tinha sido implantado com a inauguração da
842 travessia em 58, era super precário, não se conseguia entrar com automóvel até as propriedades,
843 porque se pegava, o que popularmente no Rio Grande do Sul se chama de “atoleiro”, e a primeira
844 remessa de moirões de eucaliptos atados pela CEEE, que tentei levar para lá para fazer a minha cerca,
845 o caminhão que levou ficou atolado na beira do rio, não havia estrada, não havia nada. Havia um
846 pequeno armazém que servia os habitantes locais, que eram, na sua maior parte, tambeiros, tinham
847 tambos de leite, e pequenos grupos de vacas leiteiras. Então, tudo isso depois foi evoluindo, e esta
848 preocupação que notei aqui hoje com o problema da ocupação, sob o ponto de vista histórico, foi
849 consequência, inclusive, das levas de retirantes que vieram compor os cinturões humanos das nossas
850 cidades maiores. E um detalhe que não foi aventado aqui também, que posso fazer o meu testemunho:
851 há grandes áreas ali na Ilha das Flores, mas também em outros locais, de faixa de domínio da União
852 ocupada por invasões, por pessoas de bem que vieram, pessoas que não tinham onde morar, que
853 vieram do interior, das levas de retirantes, e se posicionaram ali, e constitui hoje um problema para a
854 defesa ambiental? Claro que constitui. São pessoas despojadas, a maior parte de recursos, muitos deles
855 cortam o mato nativo para fazer lenha e queimar. Muitos até agridem a própria natureza caçando
856 exemplares da fauna nativa local para se alimentarem, e isso se vê no dia a dia do Delta do Jacuí.
857 Então, são inúmeros problemas que existem lá, e que a relocação dessas pessoas, com aqui foi
858 aventado, deverá ser feita em benefício do Parque, da proteção ambiental e em benefício até das
859 próprias pessoas, que vivem em condições quase que se subumanas. Embora, até tenha havido ações
860 de entidades governamentais no sentido de apoiar essas pessoas. Por exemplo, elas tiveram a extensão
861 de rede elétrica, que nós, moradores tradicionais de 30 a 40 anos, até hoje não tivemos. A luz que
862 temos foi colocada por nós mesmos, uma rede implantada por nós e depois entregue à CEEE. Nós não
863 temos até hoje água encanada, e essas pessoas que ocupam a faixa marginal da BR têm água
864 encanada, tem transporte coletivo gratuito para as suas crianças irem as escolas, e por aí vai. Tem luz
865 pública de iluminação nas ruas. E quer dizer, estou dando um depoimento de 40 anos de
866 conhecimento. Agora, também posso levar aos senhores esta informação. Felizmente, a maior parte
867 das pessoas que têm propriedade, e falo pela Ilha das Flores, naquilo que a voz geral costuma chamar
868 de mansões, e que não são mansões, apenas casas de fim de semana, casas de veraneio, casas de
869 pessoas que gostam da natureza, são pessoas que protegem o meio ambiente, educam os seus filhos,
870 os seus netos, seus caseiros, seus funcionários para proteger o meio ambiente, e fazem até ações no
871 sentido de coibir o abuso, muitas vezes até com risco de sua própria segurança. E na época em que
872 não havia esta fiscalização, como que fazendo, por sua conta e risco, a fiscalização. Do meu tempo
873 restam poucos lá. Sou um dos últimos remanescentes daquela época. E gostaria que este depoimento
874 tivesse um valor informativo sob o ponto de vista da evolução histórica do Parque Estadual do Delta
875 do Jacuí. Muito obrigado pela oportunidade. **Sr. Luis Antônio Grassi**: Presidente do Comitê de
876 Gerenciamento da Bacia do Lago Guaíba. Para quem não conhece, instituição criada pela Lei das
877 Águas, como os outros comitês, que tem por atribuição legal deliberar sobre os assuntos relativos à
878 proteção e ao uso das águas na respectiva bacia, ou seja, no caso, na bacia imediata do Lago Guaíba.
879 O Comitê procurou, desde que teve conhecimento do assunto, desde o ano passado, e chamou a
880 representação do DEFAP, tivemos uma reunião em outubro, e depois tivemos, ao longo deste ano,
881 outras reuniões, em que o DEFAP participou, trazendo ao Comitê alguns esclarecimentos, e pedimos
882 ao DEFAP uma maior participação na discussão ainda durante a elaboração dessa proposta, mas,
883 enfim, tivemos a apresentação da proposta, praticamente quando ela já estava pronta, e tivemos, além
884 das reuniões formais, e deliberativas do Comitê, uma reunião especial em que a proposta foi

885 apresentada, e nós trouxemos também representações de algumas Prefeituras envolvidas, pelo menos,
886 nominadamente Canoas, Porto Alegre e Eldorado do Sul estavam presentes. O Comitê é composto de
887 representantes de usuários da água e de recursos naturais da Bacia e de segmentos da população, os
888 mais variados. A primeira observação: o Comitê tem considerado, nestas diversas discussões que têm
889 havido com representantes do DEFAP e da Secretaria do Meio Ambiente, que a discussão e a
890 deliberação sobre o assunto do Parque e sobre a nova delimitação não pode ficar restrita aos
891 integrantes, moradores ou proprietários das áreas do Parque. Isso se trata de um assunto que tem
892 interesse direto para toda a população do Município de Porto Alegre, dos Municípios vizinhos e de
893 toda a Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba. Ficou bem claro, a partir da própria manifestação da
894 proposta pelo Dr. Gerson, como é importante a área do Parque, particularmente com relação as águas,
895 com relação à qualidade, ao controle de enchentes e todo o uso e manejo das águas da Bacia.
896 Portanto, é uma questão que precisa ser mais discutida com a população como um todo. Para figurar
897 um pouco a situação, trata-se do uso de um recurso natural condominialmente, por todos os
898 interessados, num condomínio, quando vai-se fazer uma reforma do telhado, não se discute a reforma
899 do telhado pelos moradores do último andar. E quando se discute a portaria, não são os moradores
900 apenas do andar térreo, importa para todos. E o Comitê considera que há pouca discussão, que não há
901 um aumento, um alargamento desta discussão para a população toda interessada da Bacia. Nesse
902 sentido, então, além disso, acreditamos que há diversas questões controversas que mesmo dentro do
903 Comitê não há consenso com relação à particularidade da proposta. Então, o que pareceu, sim,
904 consenso, e foi aprovado quase que unanimemente, com apenas o voto contrário do representante da
905 SEMA, que é justamente o Dr. Gerson do DEFAP, foi de que fosse recomendado ao CONSEMA, e
906 isso foi feito por meio de ofício ao Presidente do CONSEMA, que haja mais discussões ,que haja
907 mais tempo e mais alargamento dessas discussões.E ficou muito claro na reunião em que participaram
908 representantes dos Municípios de que não tem havido um avanço em negociações com as Prefeituras.
909 O Comitê inclusive se colocou à disposição para auxiliar e facilitar isso. Foi dito que havia um esboço
910 de convênio com Porto Alegre, e parece que não avançou, e as outras Prefeituras não tinham nada de
911 muito concreto. Em suma, primeiro, o Comitê se manifestou numa moção dizendo que “sim”, o
912 Parque é fundamental, tem que ser incrementado, e que qualquer redefinição sobre a delimitação
913 precisa de mais discussão. Estou passando à Mesa uma cópia do ofício que coloca esta posição do
914 Comitê que gostaria que fosse anexado desta reunião. **Sr. Luiz Felipe Kunz Júnior:** Com relação à
915 área de Nova Santa Rita, que o Conselheiro Geraldo coloca, foi uma solicitação da Prefeitura de Nova
916 Santa Rita com relação a uma área de 6 hectares, que é uma área pequena para o Parque, e que tem
917 importância para a história do Município de Nova Santa Rita, e é uma área que o Município pretende
918 fazer todo um resgate histórico e que eles pediram para que esta área pudesse ficasse sob
919 administração municipal. Inclusive eles não pretendem fazer nenhum empreendimento de porte, e sim
920 fazer uma preservação e ter uma área como área de interesse turístico e histórico do Município. Não é
921 uma área de características ambientais muito importantes, ela está razoavelmente preservada, mas há
922 construções dentro dela, e entendemos que era viável atender esse pleito da Prefeitura de Nova Santa
923 Rita, até porque era uma área preservada contígua e a Prefeitura tinha interesse em fazer essa
924 preservação. Com relação a história da ocupação, de fato essa ocupação das ilhas é muito antiga. Na
925 apresentação havia uma lâmina específica sobre isso, ou seja, essa ocupação ocorre desde a época da
926 ocupação de Porto Alegre, no Séc. XIII, essas ilhas sempre foram ocupadas por núcleos habitacionais,
927 havia populações de pescadores, e durante um tempo essa área foi utilizada como base da produção
928 leiteira de Porto Alegre também, e o senhor mesmo coloca a questão dos tambos, era uma área que
929 tinha uma produção de pastagem grande e era utilizada para produção de leite que vinha abastecer
930 Porto Alegre por barco. Então, há uma população que mora nestas ilhas, núcleos habitacionais há
931 muito tempo. O próprio plano do Parque, quando o Parque foi criado em 76, ampliado em 79, permitia
932 também a ocupação de vastas áreas. E o que temos é que hoje fazer a compatibilização da legislação
933 atual, que não permite ocupação em parque, com uma área que já estava ocupava inclusive quando da
934 decretação do Parque. Então, esse é o objetivo e o esforço que estamos fazendo é esse, no sentido de
935 possamos garantir os mais de 97%, que estão preservados, fazendo com que esses 3%, que estão
936 ocupados, as pessoas possam levar as suas vidas normalmente nestes locais. Queria deixar registrado

937 que no Parque hoje estamos vivendo esse conflito, mas no futuro, o Parque vai ter nova fase, ou seja,
938 a fase dele implantado como indutor de crescimento para a cidade. Não só pelas características
939 naturais, e o Gerson colocou as questões de lazer e turismo, ou seja, vamos ter ali a possibilidade de
940 implantação de trilhas, nós já temos o Museu da Casa da Pólvora, que a Fundação Zoobotânica já está
941 terminando, já está próximo à conclusão das obras e da sua instalação. Então, são pontos de
942 atratividade que farão com que o Parque possa gerar empregos na própria comunidade. Hoje, dessas
943 17 pessoas, já temos várias pessoas que são empregadas do Parque, estão lá em serviços terceirizados,
944 e que nós exigimos que sejam contratações da própria comunidade, ou seja, os barqueiros, o pessoal
945 da educação ambiental, todos são pessoas que estão sendo contratados na comunidade, ou seja, o
946 Parque tem o fator de indução ao desenvolvimento e atratividade para Porto Alegre. Muitas destas
947 ocupações que estão na faixa de domínio ocorreram antes do Parque. Houve uma mudança de
948 ocupação espacial dentro das ilhas, e aqueles populações de pescadores passaram, boa parte delas, a
949 se mudar para as ilhas que tinham acesso terrestre, justamente para facilitar a sua vida. Isso fez com
950 que algumas ilhas fossem totalmente abandonadas e essa área entorno da rodovia, depois que foi
951 construída a ponte, tivesse uma população bem densificada. Então, muitas das populações já existiam,
952 talvez não com o total de população, mas os núcleos populacionais, que hoje existem, já existiam
953 antes da decretação do Parque. Por isso a importância da regularização. Com relação aos argumentos
954 que foram analisados no CONSEMA com relação à área anexada. A proposição foi levada à Câmara
955 Técnica com o objetivo de levar até a última ocupação da face sul, dizendo que era um trecho
956 pequeno e não teria por que se fazer a exclusão das moradias que existiam neste trecho final. Esta foi
957 a argumentação que foi vencedora na Câmara Técnica, e não foi por consenso, mas foi vencedora, por
958 maioria, na Câmara Técnica do CONSEMA. Com relação a questão que o Grassi coloca de debate,
959 tivemos esta proposta muito debatida, tanto com as comunidades, como nas mais diversas instituições.
960 Aí é um questão do próprio Conselho decidir até quando essa questão vai ficar pendente. E aí
961 considero com o Conselheiro José Lauro, ou seja, até quando temos uma questão que já está por parte
962 dos Conselheiros discutida, e que nós vamos levá-la adiante por mais quantos anos discutindo com a
963 comunidade, sofrendo as conseqüências de estar dentro de um Parque sem poder ter a sua vida levada
964 adiante. Não quer dizer que a decisão é aqui, a decisão é na Assembléia Legislativa, mas até porque
965 construímos esta proposta dentro do CONSEMA e é importante que ela vá para a Assembléia
966 Legislativa com o aval do CONSEMA. E nós poderíamos mandar esta proposta para a Assembléia
967 Legislativa depois de ouvir a comunidade, sem passar pelo CONSEMA. E manda como uma proposta
968 da Secretaria do Meio Ambiente. Mas consideramos a importância deste fórum, e aí temos que dizer
969 que o CONSEMA é um fórum que tem instituições de toda a sociedade, que representam grandes
970 setores, tanto os preocupados com a questão ambiental, como Municípios, os pequenos agricultores,
971 os grandes agricultores, a indústria, ou seja, temos todos os setores da sociedade representados aqui
972 no CONSEMA. E é importante que possamos ter essas questões, que são importantes e discutidas
973 aqui dentro, para que a Assembléia Legislativa depois possa-se posicionar já depois de uma proposta
974 técnica melhor analisada, e com a sensibilidade social que o CONSEMA deve ter. Acredito que o
975 CONSEMA já tem condições, senão hoje, na próxima reunião de dezembro, de fazer a aprovação
976 desta proposta e deixá-la pronta, e isso quero deixar bem claro para os Conselheiros e visitantes: nós
977 podíamos dizer que o nosso governo acabou, já foi eleita uma nova proposta de governo que vai
978 assumir em janeiro, falta menos de um mês, e a comunidade nem vai-nos cobrar tanto a aprovação
979 desta proposta. Mas já fizemos todo um trabalho com esta comunidade, com as entidades no
980 CONSEMA, na Câmara Técnica, ou seja, esta proposta já está em condições de ser aprovada. E
981 queremos deixar, já para o próximo governo, como uma vencida, ou seja, mais uma etapa vencida da
982 implantação do Parque. Nós temos a certeza que esse parque não se implanta nem numa próxima
983 gestão de governo, ele já tem 26 anos, e vá levar, talvez, mais uns 10 ou 15 para ser implantado
984 definitivamente. Mas temos que dar os passos, e se nós não damos os passos, nunca vamos trabalhar
985 efetivamente nesta aprovação. Então, gostaria de propor, se houvesse entendimento dos Conselheiros,
986 apesar de não estar na pauta, ser a proposta aprovada hoje. Se os Conselheiros assim não entenderem,
987 que nós pudéssemos trabalhar na aprovação da proposta na próxima reunião a ser marcada. Obrigado.
988 **Sr. Presidente:** Passamos a fase de encaminhamento e deliberação sobre este tema, destacando o que

989 já foi dito pelo Felipe, que é importante que o Conselho tenha uma posição sobre isso, pois se
990 achamos que hoje não é conveniente, mas que façamos isso em breve, porque este é um tema do qual
991 o governo do Estado já faz investimentos, e só é possível encaminhar o plano de manejo com os
992 limites definidos, e, por outro lado, do encaminhamento desta questão depende a vida de muitas
993 pessoas. Estamos deliberando coisas não abstratas, e isso afeta, para o bem ou para o mal, a vida de
994 muitas pessoas que vivem aqui na região e também a própria proteção do Parque. Repito, não se trata
995 de deliberar, mas de definir um encaminhamento para a definição dos limites. **Sr. José Lauro de**
996 **Quadros:** Represento a FARSUL. Vocês vêem que eu, como produtor rural, engenheiro agrônomo,
997 estou participando num debate sobre o Parque Delta do Jacuí que não tem uma vinculação direta com
998 o empresariado rural. Mas, faço parte deste Conselho, e estou nesta atividade há muitos anos. Fui
999 delegado do IBDF de 73 a 75 e fui Diretor e Presidente Substituto do IBDF de 80 a 85. Nesse período,
1000 dessas duas atividades públicas, tive uma grande preocupação: não aceitar que a autoridade pública
1001 cumprimente com o chapéu alheio. Politicamente é muito bonito, mas as conseqüências são altamente
1002 trágicas para quem está embaixo da lâmina da espada. Quem está no cabo, está numa boa. Juscelino
1003 Kubischek criou o Parque Nacional de Aparados da Serra em 1959. Criou o Parque, salvou o cânion
1004 do Itaimbezinho, que coisa maravilhosa! Não pagou um hectare, e fiquei, como delegado do IBDF,
1005 negociando com aqueles proprietários. Uma velha de 80 anos, com a casa caindo, não podia abater,
1006 colher uma araucária para fazer a reforma da casa. O senhor Juscelino, que Deus o tenha no reino da
1007 glória, como dizem lá no interior, abanou com o chapéu alheio, é para o bem difuso da sociedade o
1008 Parque de Aparados da Serra. O pessoal que está lá que se dane! É para o bem da sociedade. E no
1009 período que estive em Brasília nenhum parque foi criado desapropriando um metro quadrado. Naquele
1010 período foram em áreas públicas. Um País com oito milhões e meio de quilômetros quadrados, com
1011 milhares de hectares de terras para o bem difuso da sociedade, tem que ir exatamente onde tem
1012 alguém proprietário? É o que ocorre com o Movimento MST, com milhares de hectares de terra os
1013 governos não têm sabedoria de reorientar fluxos colonizadores para evitar essas invasões? E como
1014 começaram as invasões? Barragem do Passo Real: para o bem difuso da sociedade vamos fazer uma
1015 hidrelétrica. Mas e os colonos que vão estar lá na bacia hidráulica da barragem? Depois nós
1016 ajeitamos. E largaram esse pessoal na estrada, e estão até hoje na estrada. Então, estou velho, mas
1017 estou batalhando, estou aqui com vocês, pois sou um vibrador, mas não agüento mais essas
1018 maluquices. Cria-se o Parque Delta do Jacuí há 26 anos e nós ficamos aqui, que aquele terreno não
1019 pode, aquele tem uma árvore, tem um maricá, e pessoal, a proposta da SEMA, debatida, meu querido
1020 amigo Orci, da FAMURS, sempre, nas reuniões da Câmara Técnica, a FAMURS é convidada, e se
1021 não vem, o que se vai fazer? Não podemos, a cada reunião, reabrir o assunto, pois fica interminável. E
1022 as pessoas, Felipe, Gerson, o pessoal lá não dorme mais. Esse doutor que conheci hoje, ele que
1023 conserta coração, e o coração dele é que vai para o saco! Pois garanto que ele não dorme mais de
1024 noite. E será que amanhã tenho que ir embora, será que não tenho, e será que amanhã de manhã não
1025 vão mandar eu ir embora? E temos que trabalhar em cima de fatos reais e concretos. Esse Parque é
1026 fundamental para vida da Capital e ambientalmente foi uma sabedoria do governo que o criou.
1027 Porém, na sua implantação temos que levar em consideração todas estas implicações que uma área
1028 que era ocupada. Então, temos que conciliar, e aí está a sabedoria dos senhores Conselheiros aqui
1029 presentes, que é conciliar situação social e existente com uma situação ambiental que nós queremos
1030 preservar e chegar num mínimo possível. O ideal não vamos atingir. Em áreas ocupadas é impossível
1031 atingir o ideal ambiental. Quero repartir com os Conselheiros as preocupações, que nem sempre
1032 viveram esses dramas e dilemas, e não estou fazendo discurso para a platéia, não conheço vocês, mas
1033 estou vendo o que acontece nessa exacerbação ambiental. Sou proprietário com mais primos e tios, de
1034 um prédio em Rio Pardo, com 180 anos. Esse prédio incendiou há 4 anos, e foi um incêndio
1035 criminoso, mas a polícia não descobriu quem foi. E aí a Prefeitura deu autorização para demolir e era
1036 o único prédio colonial português, é histórico, então, vamos doar para a Prefeitura, para quem quiser,
1037 ninguém queria aquela ruína, mas que está de pé até hoje. E a senhora promotora nos notificou com
1038 uma ação civil pública para que se não reformássemos o sobrado, multa de dois mil reais por dia. E aí
1039 negocia daqui, dali, tivemos que contratar uma reforma parcial do prédio, desembolsar a despesa,
1040 vamos doar prédio e terreno para o bem difuso da sociedade. Vocês acham isso certo? **Sr. Marcos**

1041 **Daniel:** Acho que deu para notar aqui grande parte das opiniões, algumas muito divergentes, outras
1042 mais buscando o consenso, e gostaria de estabelecer e colocar um encaminhamento que iria ao
1043 encontro que nós votássemos um indicativo de aprovação desta proposta, e ela ainda é uma proposta.
1044 Apesar de que alguns Conselheiros já falarem que o assunto não foi tão bem discutido, geram
1045 polêmicas, há contratemplos de ordem técnica ou mesmo de disputa de vários níveis, ainda é uma
1046 proposta, avançou-se muito nestes três anos e meio que o CONSEMA trabalhou em cima disso, a
1047 equipe do DEFAP fez diversas audiências, apesar do representante de Eldorado sair-se um tanto
1048 insatisfeito, mas foi discutido amplamente com a comunidade, principalmente Eldorado do Sul, e
1049 outros Municípios talvez devam ser mais ouvidos ainda, a própria comunidade, e o que deve-se
1050 ressaltar neste momento: reforçando as palavras do Conselheiro. O parque foi implantado numa
1051 situação um tanto complicada, já havia populações ali em cima, e o Estado vem carregando, desde os
1052 meus 12 anos de técnico da Secretaria que vejo problemas, como a criação do Município de Delta do
1053 Jacuí. Então, se não partirmos imediatamente para uma proposta de ver os limites fechados, partir
1054 para um plano de manejo, começar a se fazer o que se fez em Itapuã, o que se fez nesta gestão no
1055 Parque de Itapuã, vai ficar muito complicado mantermos a estabilidade climática da região de Porto
1056 Alegre, mantermos a riqueza de fauna e flora da região de Porto Alegre porque, como foi falado aqui,
1057 os “bandidos” estão tocando lixo, aterrando, e não se tem aquela estrutura de fiscalização adequada
1058 ainda. Então, o indicativo da proposta é de que nós colocamos em votação esta proposta e que
1059 garantimos, agora, a exemplo do que tem sido feito no Conselho de Recursos Hídricos, uma agenda
1060 onde se coloque para transição do próximo governo esta proposta, onde se garanta o encaminhamento
1061 político disso para a Assembléia Legislativa, e que deve reabrir a discussão com a sociedade por meio
1062 da sua Comissão de Saúde e Meio Ambiente, enfim, não é um processo que se fecha aqui, e se os
1063 Conselheiros entenderem que é necessário mais uma reunião, ainda este ano, para se aprovar ou trazer
1064 novas contribuições, que se faça. A minha proposta é que se leve em votação a aprovação desta
1065 proposta de alteração de limites do Parque hoje. **Sr. Iberê Mesquita Orci:** A minha proposta não se
1066 trata de ser contra ou favor. Trata-se de quando sai uma convocação, dizer que vai a votação. E aqui
1067 na convocação diz o seguinte: “Apresentação da proposta”. E nós estamos aqui hoje para escutar a
1068 proposta. A minha sugestão e o meu encaminhamento é que se faça, dentro de dez dias, uma
1069 convocação deste Conselho para deliberar sobre este assunto. E aí sim, na convocação vai estar a
1070 deliberação e aí vou trazer a posição dos sete Municípios que fazem parte. E vimos aqui inclusive a
1071 manifestação de um dos Municípios, que lhe foram encaminhadas algumas propostas e que não foram
1072 contempladas. E aí nós podemos trazê-las novamente e pode até ir à votação por este Conselho as
1073 propostas do Município. Agora, não se trata de ir contra ou a favor. Trata-se de na convocação ser
1074 específica de que vai haver a deliberação sobre o assunto. A nossa proposta é de que dentro de um
1075 prazo de dez ou cinco dias, prazo regimental, faça-se a votação específica do assunto e que também
1076 sejam convidados, como assistentes, os Prefeitos dos sete Municípios envolvidos. **Sr. Presidente:** A
1077 Prefeitura de Porto Alegre tem uma posição diferenciada da FAMURS e gostaria de manifestar a sua
1078 posição. A Mesa vai abrir um pequeno espaço para que a Prefeitura se manifeste. **Sr. Alexandre**
1079 **Dias:** Boa-tarde Srs. Conselheiros, Mesa. Sou Coordenador do Centro Administrativo da Prefeitura de
1080 Porto Alegre instalada na Ilha da Pintada, e tem como atividade exercer a relação daquela comunidade
1081 com a Prefeitura de Porto Alegre. Foi citada aqui a Prefeitura e gostaria de esclarecer um pouco mais
1082 o posicionamento da Prefeitura. Há um acordo da Prefeitura com relação à questão dos limites
1083 propostos pelo DEFAP, em que peses, em nosso entendimento, a relevância de serem abordados e
1084 discutidas outras questões, no que tange à questão de valores, mas entendemos que há necessidade de
1085 se implantar o Parque do Delta para que haja uma evolução nesse quadro, que há muito tempo vem-se
1086 arrastando e não se define. Somos favoráveis aos limites que estão sendo colocados hoje, pendentes
1087 há uma série de outras discussões que não podem ser colocadas à revelia. **Sra. Maria Odete Rosa**
1088 **Pereira:** Boa-tarde. Sou Conselheira pelo Centro de Estudos Ambientais da Metade Sul do Estado.
1089 Faça um apelo aos Conselheiros para que a gente respeite regras que nós mesmos criamos, que são as
1090 regras da democracia, da representatividade que a gente tem usado. E quando se diz que o processo
1091 não está bem discutido, a gente percebe pelos conteúdos que foram colocados de discussão, que está
1092 amplamente discutido por meio de seus representantes. E nós que criamos as nossas regras dentro do

1093 CONSEMA com as Câmaras Técnicas, o meu apelo é nesse sentido: que a gente respeite essas
1094 discussões que são feitas nas Câmaras Técnicas. E a cada momento que isso vem a Plenário, que nós
1095 delegamos este poder à Câmara Técnica de nos assessorar, enquanto Plenário, e que a gente não faça
1096 a rediscussão novamente dos assuntos, não vá de novo discutir tudo que já foi discutido dentro da
1097 Câmara Técnica com a nossa representação e por delegação nossa. Então, para que a gente não passe
1098 esta linha limite, e não quer dizer que a gente não esteja aberta a ouvir considerações a mais, como já
1099 foi colocado pelo representante da Prefeitura de Porto Alegre. E considerações a mais, sim, mas não
1100 rediscussões eternas do mesmo assunto. Então, o meu apelo é que a gente tome decisões hoje no
1101 sentido de dar parecer e que isso é um passo no processo, é uma evolução no processo. E não
1102 podemos contribuir para que este processo continue parado, estagnado, pois está há anos estagnado. E
1103 estamos num momento histórico, que a gente precisa tomar decisões: ou vai passar o bonde da
1104 história, e vamos deixá-lo passar. Então, temos essa responsabilidade aqui de dar um passo a mais
1105 dentro desse processo. Eu me sinto desta forma, enquanto Conselheira, e acho que jogar esta
1106 responsabilidade para daqui a dez dias não vai mudar muita coisa. Então, se queremos fazer
1107 discussões com Prefeitos, isso pode acontecer depois na Assembléia Legislativa, porque aqui é ficar
1108 cansativo num assunto que já está amplamente discutido. **Sr. Ronaldo Néri:** Ouvindo todas estas
1109 considerações e a importância do trabalho que vem sendo, de muitos anos, a consideração do Dr.
1110 Lauro, do Gracie, do Iberê, do Marcos Daniel, verifico que não há nenhum problema para que se vote
1111 essa questão dentro de 8 ou 10 dias. Dessa maneira acredito que ninguém ficaria descontente,
1112 viríamos para uma reunião específica para tratar deste assunto, as pessoas chegariam aqui com uma
1113 posição clara dos seus Órgãos, e tiraríamos, ainda neste ano, neste mês, neste Governo, uma posição
1114 definitiva. Ou seja, não criaríamos nenhum constrangimento e nenhum descontentamento para
1115 nenhum dos que aqui participam. **Sr. Presidente:** Temos que encaminhar este tema, e ao longo destes
1116 últimos anos temos trabalhado os temas aqui dentro do Conselho, principalmente aqueles que são
1117 mais difíceis e polêmicos, normalmente buscando posições convergentes. E nós concordamos com a
1118 Conselheira do CEA, acho que o Conselho não pode deliberar pela paralisação deste processo, e essa
1119 não é a instância deliberativa. E imaginem os senhores que nós passássemos mais dois anos
1120 discutindo no detalhe este processo, vai para a Assembléia Legislativa e a Assembléia Legislativa
1121 altera o projeto. E aí vamos, a partir da alteração, reiniciar a discussão do plano de manejo e tudo
1122 mais. Então, há uma responsabilidade coletiva aqui, principalmente daquelas instituições que
1123 participaram da Câmara Técnica e tiveram a oportunidade de fazer consultas as suas instituições, e aí
1124 não sei explicar por que não fizeram, mas havia essa oportunidade. Então, chamo aos Conselheiros a
1125 responsabilidade enorme sobre este tema tão delicado que é a questão do Delta. A Mesa não tem
1126 posição, e está tentando buscar um encaminhamento, mas faz o seguinte apelo: não dá para se fazer
1127 todo um processo de discussão das instituições que participaram, e depois reabrir a discussão dentro
1128 do Conselho. E isso não é um problema para a SEMA. E isso é um problema social sério, é a
1129 realidade que temos que resolver. E o que não podemos fazer é mais uma vez deixar a questão dos
1130 limites do Parque Estadual Delta do Jacuí ficarem numa instância não deliberativa, repito: o que se
1131 trata aqui é de encaminhar uma proposta a instância que realmente delibera. Não encaminhar uma
1132 proposta de bom-senso e com sensibilidade adiante, significa condenar esse problema, essa questão
1133 mais uma vez a sequer chegar a instância deliberativa. Nós não somos a instância deliberativa sobre
1134 esse tema. Então, temos acordo com as propostas aqui que dão um prazo um pouco maior e que a
1135 gente delibere numa próxima reunião, não há problema em fazer isso. Agora, tem que haver o
1136 compromisso deste Conselho e a responsabilidade deste Conselho por deliberar sobre este tema. O
1137 que não podemos é continuar eternamente não deliberando sobre o encaminhamento da matéria. A
1138 matéria tem que sair do Executivo, e evidente que o fato de passar a proposta pelo CONSEMA, não
1139 há nenhuma cobrança nossa de que o CONSEMA concorde com a proposta. E nós queremos isso:
1140 queremos que o CONSEMA de fato delibere pelo encaminhamento, e que seja diferente dessa nossa,
1141 mas que ela saia da instância do Executivo e vá para a instância de deliberação, que é a Assembléia
1142 Legislativa, que certamente reabrirá a discussão sobre esse tema. Mas é importante que venhamos a
1143 mandar uma boa proposta para que a Assembléia Legislativa faça a discussão e delibere, porque
1144 somente a partir da deliberação dos limites é que de fato vamos poder estruturar o Parque Estadual

1145 Delta do Jacuí. Enquanto isso, tanto as comunidades, que lá vivem, quanto o Parque, estão sendo
1146 submetidos, sem dúvida nenhuma, a degradação. Não há como proteger um Parque sem a definição
1147 dos limites; não há como fazer investimentos na infra-estrutura do Parque sem definição de limites. E
1148 não há como fazer o plano de manejo sem a definição de limites. O plano de manejo vai definir zona
1149 de amortecimento, e se não há limite definido como é que vamos tratar desta questão? Então, a Mesa
1150 acredita que precisamos de mais alguns dias, mas a Mesa propõe um acordo com o CONSEMA, de
1151 que venhamos a deliberar sobre o encaminhamento na próxima reunião deste Conselho. Esta é uma
1152 responsabilidade coletiva, não de concordar no mérito da proposta, mas de buscar o consenso do
1153 encaminhamento para a Assembléia Legislativa, e para que a Assembléia Legislativa, que é a
1154 instância de deliberação, promova a discussão que ela achar adequada, e delibere de acordo com as
1155 forças da Assembléia Legislativa e a partir daí o Executivo retoma o processo e estrutura o Parque.
1156 Então, temos, Conselheiros, uma reunião ordinária planejada para o dia 20 deste mês, e os próprios
1157 Conselheiros manifestaram, na última reunião, que dia 20 seria previamente um possível feriadão de
1158 Natal, então, a nossa proposta é antecipar a última reunião para o dia 17 de dezembro, como havíamos
1159 discutido na última reunião deste Conselho, numa reunião de dia inteiro deste Conselho encerrando
1160 vários assuntos pendentes. **Sra. Carla Maria Pires Rangel:** Boa-tarde a todos. Na verdade, não
1161 consegui perceber ainda, dentro dos Conselheiros, já que não é consenso, que talvez a gente tenha que
1162 avaliar, na grande maioria, essa decisão de tomar a decisão do encaminhamento da proposta hoje ou
1163 no dia 17. Particularmente, acho muito complicado participar em reunião do Conselho na próxima
1164 semana. Então, gostaria que a gente avaliasse, entre os Conselheiros, se a grande maioria não prefere
1165 tomar essa decisão agora. Respeito os Conselheiros que pediram mais prazo, e entendo que várias
1166 colocações foram feitas aqui a respeito de que as representações dentro das Câmaras Técnicas
1167 deveriam ter sido instruídas, os Conselheiros já poderiam ter chegado aqui com algum subsídio das
1168 Câmaras Técnicas. E volto a fazer um apelo: estamos discutindo 3% da área do Parque, que vai ser
1169 desafetada, enquanto que os 97% hoje estão desprotegidos, pois a gente não tem uma definição
1170 quanto a isso e a gente está querendo dez dias ou uma semana, terça-feira que vem é menos do que
1171 dez dias, para evoluir no quê? A minha questão é colocar em apreciação se a grande maioria do
1172 Conselho não prefere votar isso hoje. **Sr. Presidente:** Conselheira Carla. A Mesa está tentando buscar
1173 uma posição mais convergente. Agora, em função da sua manifestação, a Mesa faz uma consulta aos
1174 Conselheiros, a Mesa põe esta questão ao Plenário, que é soberano para decidir o encaminhamento.
1175 **Sr. José Lauro de Quadros:** Desculpe nas manifestações anteriores. Respeitando o nosso
1176 companheiro Orci, da FAMURS, e o nosso companheiro das Obras Públicas, acho que a Dra. Carla
1177 Rangel foi de uma felicidade total. Nada vai mudar daqui a uma semana ou dez dias, porque o que se
1178 define hoje aqui é uma proposta de delimitação elaborada com o maior rigor técnico e é um
1179 documento. Este documento não tem como sofrer modificações em uma semana, e isso envolveu
1180 estudos de todas as ordens. E nós não estamos votando essa delimitação. Estamos encaminhando uma
1181 proposta de uma delimitação, aprovada na Câmara Técnica, e que foi elaborada pela equipe técnica da
1182 SEMA, e eu, pessoalmente, da Entidade que represento, confio plenamente nesta equipe técnica,
1183 porque dúvidas que tive foram sanadas. E acho, Dra. Carla, que a senhora foi feliz, e me associo,
1184 respeitando as opiniões em contrário, acompanho a Dra. Carla e o Marcos, no sentido de que nós
1185 tiremos daqui aprovação da proposta técnica de delimitação para encaminhamento à Assembléia
1186 Legislativa. **Sra. Maracás:** Concordo também com esse encaminhamento dado pela Conselheira
1187 Carla, pois daqui a dez dias, o quadro não irá se modificar. Então, temos já o conhecimento da
1188 proposta, já analisamos a proposta e viemos para a reunião para nos posicionar com relação à
1189 proposta. É claro que o novo passo será dado na Assembléia Legislativa. Na Assembléia Legislativa
1190 podemos solicitar novas audiências públicas e as comissões da Assembléia Legislativa têm agido
1191 quando o tema é de interesse público, ainda mais na questão do que estamos tratando aqui. Então, em
1192 outras instâncias ocorrerão outras discussões. Nesse momento, acredito que dentro da Secretaria,
1193 dentro do CONSEMA, o tema está pronto, está mais do que debatido, está mais do que encaminhado.
1194 Não há mais nada a ser acrescentado. Então, vim preparada para isso e daqui a dez ou cinco dias, terei
1195 dificuldades de estar presente. **Sr. Presidente:** A Mesa vai fazer uma consulta ao Plenário sobre
1196 aqueles Conselheiros que optam por deliberar no dia de hoje. Os Conselheiros que querem deliberar

1197 no dia de hoje: **(treze)**; Os Conselheiros contrários à deliberação no dia de hoje: a Mesa vai acatar a
1198 maioria dos Conselheiros em Plenário e vamos passar à apreciação da matéria. A questão, como está
1199 colocada é simples: temos a decisão se encaminhamos ou não esta proposta, apresentada aqui hoje à
1200 Assembléia Legislativa, como uma proposta de um projeto de lei do Executivo para alteração dos
1201 limites do Parque Estadual Delta do Jacuí. Aqueles Conselheiros que são favoráveis a envio desta
1202 proposta, que referenda uma proposta do Executivo à Assembléia, destacando que esta é a proposta
1203 da Câmara Técnica deste Conselho. Por favor, Conselheiros, ergam os seus crachás: **(15 votos)**;
1204 Aqueles Conselheiros que são contrários: A FAMURS está representada, não há Conselheiro da
1205 FAMURS hoje, mas a Mesa vai garantir a manifestação do representante da FAMURS, mesmo não
1206 tendo direito a voto. **Sr. Iberê Mesquita Orci:** A nossa manifestação não se trata de contrário ou a
1207 favor. A nossa manifestação se trata de que poderia haver um espaço de uma outra e uma convocação
1208 específica, que é o que não está na convocação hoje. **Sr. Presidente:** A Mesa registra a manifestação
1209 da FAMURS em Ata, destacando que, pelo Regimento, todo o tema que vem para o Plenário, é tema
1210 de votação. Mas, a Mesa tentou buscar uma posição convergente, mas respeita, a Mesa acata a decisão
1211 do Plenário. Isso não significa, repito, muito claramente, a finalização da discussão sobre os limites
1212 do Parque Estadual Delta do Jacuí e significa que esta proposta será remetida à Assembléia, para que
1213 a Assembléia faça a discussão, com a independência que lhe cabe, e que de fato delibere por meio de
1214 uma Lei Estadual sobre a redefinição dos limites. Então, este ponto de pauta está vencido. **2 -**
1215 **Assuntos gerais:** O primeiro assunto é a necessidade de realizarmos uma última reunião deste
1216 Conselho neste ano. Os pontos elencados para esta pauta é o: Fundo Estadual de Meio Ambiente,
1217 Habilitação de Novos Municípios, que já estão em condições de serem habilitados por este Conselho,
1218 e a Regulamentação do art. 118 do Código Estadual de Meio Ambiente, bem como um Balanço dos
1219 Trabalhos do Conselho nestes últimos quatro anos. Como nós combinamos na última reunião, seria
1220 uma reunião de dia inteiro, e a nossa proposta, novamente, é o dia 17, mesmo que não seja para
1221 deliberar, existe a necessidade sobre este tema, existe a necessidade de uma nova reunião deste
1222 Conselho para encerrar temas importantes, que deixamos em aberto, e é necessário, pois estamos
1223 encerrando o Governo, num balanço da atuação de Governo e CONSEMA durante estes quatro anos.
1224 Há concordância sobre o dia 17? Havíamos deliberado por esta última reunião, que seria no dia 20,
1225 por adiantar. Mas não há como encerrar este ano sem fazer a última reunião do Conselho. Podemos
1226 manter o dia 17? Conselheiros, a palavra está aberta para Assuntos Gerais. **Sr. Mauro Kern:** Após
1227 esta última reunião de dezembro, como vai ficar a situação do CONSEMA? Ele vai parar? **Sr.**
1228 **Presidente:** É uma situação inusitada. Pela lei que criou a Secretaria, o Presidente do Conselho é
1229 eleito pelos seus pares. Portanto, o Presidente do Conselho, que é o Secretário Estadual do Meio
1230 Ambiente, foi eleito por este Conselho. Então, o que nos parece mais razoável, é que interinamente
1231 assume o novo Secretário como Presidente do Conselho, até que o Conselho refaça a eleição. A
1232 FEPAM exerce a Secretaria Executiva e o Secretário certamente exercerá a Presidência até que seja
1233 encaminhada uma nova eleição. E é a primeira vez que isso acontece de fato, pois é a primeira vez que
1234 o Presidente é eleito, mas nos parece que esse vai ser o encaminhamento mais razoável a ser dado.
1235 Imaginamos que tão logo o novo Governo tome posse, vai ter a preocupação de chamar uma reunião
1236 com os Conselheiros para fazer o planejamento do trabalho do CONSEMA para o próximo período.
1237 **Sr. Mauro Kern:** Mas isso em janeiro ainda? **Sr. Presidente:** Isso vai depender do próximo
1238 Governo. Imagino que sim, e imagino que o próximo Governo vai ter o interesse de chamar o quanto
1239 antes uma reunião para organizar os trabalhos do Conselho para o próximo período. **Sra. Carla**
1240 **Maria Pires Rangel:** Gostaria de deixar uma sugestão, independente se vou conseguir participar ou
1241 não da última reunião; mas que na última reunião se estabeleça um calendário de reuniões para o
1242 próximo ano, independente do Governo, mas que o Conselho se comprometa a ter um calendário,
1243 desde janeiro, para que a gente dê continuidade e não fique um espaço em branco entre um período e
1244 outro. **Sr. Presidente:** A Mesa acata, acho que é uma boa idéia, e vamos incluir na reunião a
1245 definição do calendário, pelo menos que seja um calendário indicativo para o próximo governo para
1246 as reuniões do Conselho. Não havendo nenhuma inscrição, agradecemos presença de todos, e até o
1247 próximo dia 17. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos da presente Reunião às
1248 17h53min.